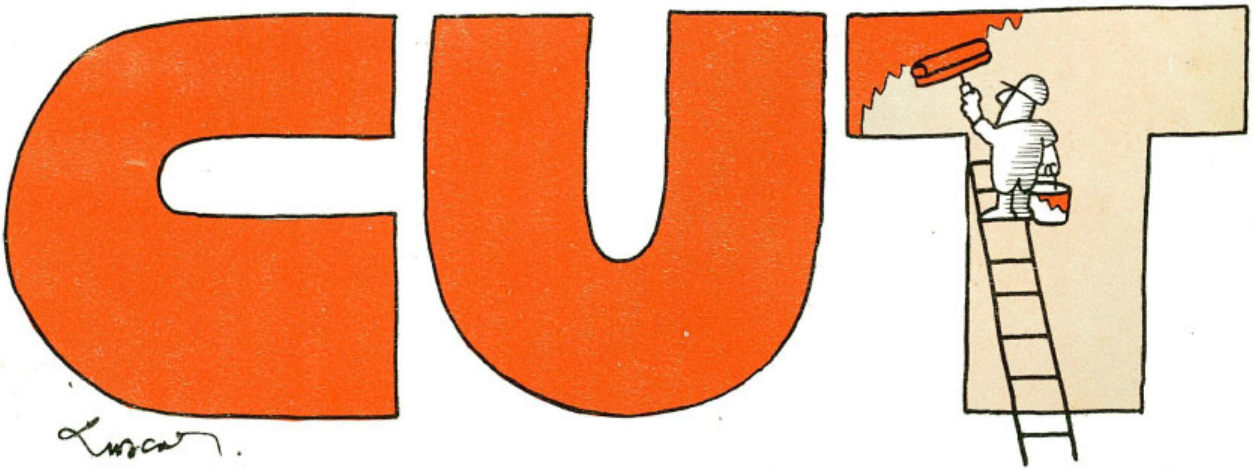
Debate Sindical

Nº 14 - JULHO/AGOSTO/SETEMBRO - Cr$ 200.000,00

CRISE NOS 10 ANOS DE VIDA

IMPASSE NOS RUMOS DA CUT



A quem serve o Contrato Coletivo de Trabalho

O golpe sinistro da revisão constitucional

ÍNDICE

3 Apresentação

4 O esforço para superar a atual crise da CUT

9 O que está em jogo na revisão constitucional

16 Os principais golpes tramados para outubro

18 Uma polêmica sobre o Contrato Coletivo de Trabalho

25 A visão marxista sobre as causas do desemprego

32 Desafios diante das novas técnicas de gerenciamento

38 As reações ao neoliberalismo na América Latina

45 Como atua o sindicalismo social-democrata alemão

54 Homenagem aos 150 anos do movimento cartista

EXPEDIENTE

A revista Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Pirapitingui, nº 12, CEP 01508-020, Liberdade, São Paulo, SP, Fone/fax: (011) 270-7702

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

Conselho Editorial

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas da Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimenta
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Flávio Vilar
Marcia de Almeida
Solange Guimarães

Ilustrações e fotos

Sintaema e jornal "A Classe Operária"

Capa

Pedro de Oliveira

Editoração Eletrônica

P&B (Fone: 35-2807)

Fotolito

Ajato (Fone: 279-7254)

Tiragem desta edição 4.000 exemplares

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais.

Companheiro(a) sindicalista

Ao fecharmos esta edição, era anunciado, com grande estardalhaço, o novo projeto econômico do governo federal — o chamado plano FHC. Uma rápida leitura das medidas propostas pelo ministro Fernando Henrique indica que elas estão fielmente sintonizadas com o receituário neoliberal do FMI. O plano bem que poderia ser assinado pelo ex-presidente Collor de Mello — o que evidencia o retrocesso do governo Itamar Franco.

Pode-se definir o neoliberalismo como a estratégia da burguesia na atual fase de hegemonia mundial do capitalismo. Na ofensiva, o capital procura enfrentar a grave crise do seu sistema marginalizando parcelas ainda maiores da humanidade — jogando-as na bárbarie. Entre outras medidas, prega o "Estado mínimo", com a entrega do patrimônio público à iniciativa privada e a redução dos investimentos sociais.

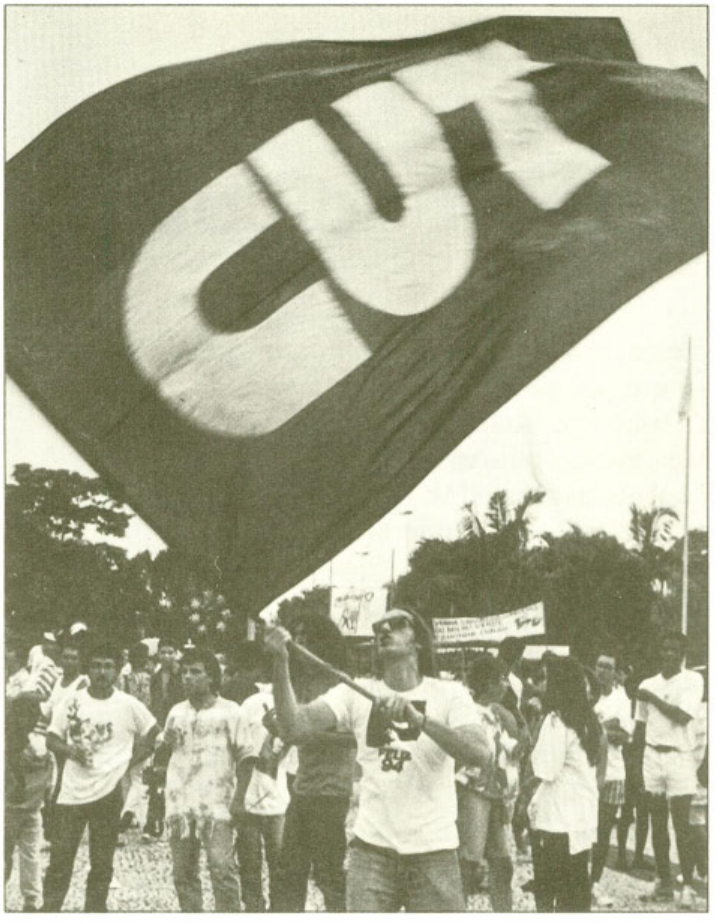
O plano FHC encarna plenamente o espírito excludente do neoliberalismo. Seu alvo principal é o Estado brasileiro. Para saldar o pagamento das dívidas externa e interna e manter os altos lucros dos grupos monopolistas, ele corta brutalmente investimentos no setor público e prevê a entrega das estatais para as empresas estrangeiras — que agora poderão ter 100% do controle acionário.

Do orçamento líquido da União, que é atualmente de 70 bilhões de dólares, apenas 14 bilhões estavam destinados para o custeio de obras de cunho social. Pelo plano FHC, esta pequena fatia deverá ser reduzida em 6 bilhões de dólares — um corte de 42%. As áreas de educação, saúde e habitação serão as mais duramente atingidas. No caso da promoção social, o corte atingirá 50% nos investimentos previstos.

Não há dúvida que o plano FHC aprofundará a crise social brasileira com o objetivo de manter e aumentar os privilégios dos grupos econômicos. Ao não abordar as causas essenciais da inflação, ele também não terá efeitos mais sólidos no combate a esta chaga. Por outro lado, o governo já se pronunciou contra o reajuste mensal de salário, rejeitando o projeto da Comissão de Trabalho da Câmara Federal.

Apesar da insistência de alguns, o massivo movimento pelo *impeachment* de Collor não se deu apenas por razões éticas, morais. Teve como pano de fundo, além do combate à corrupção, o descontentamento popular contra a orientação econômica neoliberal do governo. O plano FHC, apesar, do passado "respeitável" e aparentemente limpo de seu autor, recoloca com força a luta contra o neoliberalismo no país.

Jailton Garcia



As causas da atual crise da CUT e os desafios colocados para superá-la

João Batista Lemos *

Nas últimas semanas, a crise de direção da Central Única dos Trabalhadores, que já se manifestava nos bastidores há muito tempo, veio à público. A "grande imprensa" aproveitou a oportunidade para fazer um grande estardalhaço sobre o assunto. Mas quais são as razões de fundo desta crise e que desafios a maior central sindical do país deve enfrentar para superá-la? Estas e outras questões são o mote do artigo a seguir, que procura polemizar e apontar caminhos.

Já faz algum tempo que a CUT passa por um processo agudo de crise de identidade. A apatia, os desvios de concepção e mesmo a ausência da entidade nacional em importantes lutas recentes dos trabalhadores eram a prova inconteste da gravidade deste problema. Apesar das evidências, a crise só veio à tona quando setores da própria Articulação, corrente majoritária da central, resolveram, por motivos diversos, abordar o assunto.

Decretou-se, então, a "crise de governabilidade" da CUT, que virou manchete dos principais jornais burgueses do país. A partir deste momento, não se fala em outra coisa em todas as rodas cutistas. Algumas medidas, de eficiência questionável, inclusive já foram adotadas para encarar o problema. Na reunião da executiva nacional da entidade, no final de maio, a corrente hegemônica promoveu renanejamentos em funções prioritárias no secretariado da entidade.

Gilmar Carneiro e Delúbio Soares, dirigentes da Articulação que ficaram no epicentro da crise, foram afastados de seus postos — respectivamente, da secretaria-geral e da tesouraria. Também ficou decidido remeter a questão para outros fóruns, inclusive para a plenária nacional da CUT, marcada para o final de agosto. Estas medidas, entretanto, parecem pouco eficazes. Elas foram mais "administrativas", não abordando a questão política de fundo do problema.

Causa da crise não é a mera disputa de aparelho, mas sim a concepção hegemônica

É evidente que só o fato da Articulação reconhecer a crise já é algo positivo. Isto permite que as várias correntes cutistas aprofundem o debate e procurem as saídas para o impasse vivido pela central. Isto ganha ainda maior importância quando se analisa o atual quadro político do país, com o brutal agravamento da crise econômica e a ofensiva neoliberal das classes dominantes.

Neste cenário nitidamente desfavorável para os trabalhadores, a CUT tem um importante papel a cumprir. Não pode ficar apática, paralisada. Sendo a maior central do país, com cerca de 1.900 entidades filiadas, ela precisa retomar o caminho da luta. Para que isto ocorra, no entanto, é preciso ir a fundo no debate sobre quais os fatores que têm emperrado a central nos últimos tempos.

Do ponto de vista do sindicalismo classista, a atual "crise de governabilidade" da CUT não se resume à mera disputa de aparelhos ou da direção da central. A briga sucessória entre Gilmar e Vicentinho (Vicente de Paula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista) é apenas o motivo aparente do grave problema. Só agravou um quadro que já estava bastante deteriorado. Na verdade, a crise está assentada em bases mais profundas, de cunho político e ideológico.

Sérgio Barroso, membro da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC) e da executiva nacional da CUT, sintetizou corretamente as seis principais razões da atual paralisia da central. Em artigo escrito para o jornal "A Classe Operária" (órgão central do Partido Comunista do Brasil), apontou que a central padece dos seguintes males, decorrentes da concepção hegemônica em sua direção:

"1— Abandono da perspectiva socialista; 2— Imobilismo inaceitável frente à destruição da soberania nacional; 3— Crescente tendência a enquadrar a ação sindical nos limites institucionais: 4— A doença (de direita) do tripartismo, onde tudo só se resolve na comunhão entre trabalhadores-empresários-governo; 5— Visão estratégica que se dilui no reformismo democrático-burguês; 6— Burocratização e ultracentralização das instâncias no encaminhamento das deliberações da central".

As razões apontadas acima sem dúvida levaram a CUT a uma situação de inércia sem precedentes em sua história. Ao comemorar os 10 anos de vida, observa-se que a central não toma iniciativas diante de questões candentes da atualidade. Ela se ausentou, por exemplo, de importantes protestos populares contra as privatizações — como no caso do leilão da CSN. Quase

nada fez para barrar a aprovação da Lei das Patentes. Não cumpre seu papel de unificadora das lutas das categorias, apesar de na fase recente terem pipocado greves em vários setores.

É lógico que esta flagrante debilidade não está desvinculada dos problemas estratégicos que afligem o movimento operário e sindical a nível mundial. A prolongada recessão econômica, as profundas alterações no chamado "mundo do trabalho" e a crise do socialismo dificultam a luta dos trabalhadores em todo o planeta. São fatores objetivos que pesam — e muito —, obscurecendo a perspectiva de emancipação do proletariado. Reflexo desta situação de defensiva do movimento operário se deu com as frágeis manifestações do 1º de Maio em vários países — incluindo o Brasil.

A resposta para a crise não será encontrada no exemplo social-democrata

Este quadro de descenso ajuda inclusive a entender o acelerado processo de social-democratização da corrente majoritária da CUT. Setores significativos da Articulação hoje fazem o mesmo discurso do sindicalismo reformista da Europa. Eles privilegiam a negociação *por cima* com os empresários, em detrimento das lutas na base. Daí a ênfase nos fóruns tripartites, a defesa do "sindicalismo propositivo" e até a paixão acrítica pela Ciosl.

Como avestruz, enfiam a cabeça na terra diante dos problemas. Ao invés de jogarem no sentido da intensificação da luta de classes, dobram-se as dificuldades conjunturais e utilizam como exemplo a prática conciliatória do sindicalismo europeu. Prática esta que se encontra em profunda crise — de contornos semelhantes a que pode soterrar o movimento sindical brasileiro.

O jornalista Clóvis Rossi recentemente fez uma análise instigante sobre a situação do sindicalismo neste continente a partir da cobertura da greve dos metalúrgicos da IG Metal — a maior federação sindical da Alemanhã. Ele conclui que o modelo sindical da Europa passa por sua pior crise. Cita o caso da TUC (Trade Union Congress, da Inglaterra), derrotada na quebra de braços contra o neoliberalismo de Tatcher, que perdeu 4,5 milhões de filiados entre 79 e 92.

Reproduzindo a frase de um funcionário da OIT (Organização Internacional do Trabalho), Rossi resume de forma metafórica o quadro do movimento operário europeu: "Depois da queda do Muro de Berlim, ocorreu outra queda, que é pouco visível, a do Muro de Estocolmo, o muro do Bem Estar Social". Ou seja: a social-democracia foi atingida em cheio pela falência dos regimes do Leste Europeu, já que a burguesia não se sente ameaçada de imediato pelo "perigo comunista" e agora golpeia antigos direitos sociais dos trabalhadores.

Diante da atual ofensiva do capitalismo, o sindicalismo social-democrata europeu reforça os seus traços reformistas e conciliatórios e sofre novas derrotas. O exemplo da Itália talvez seja o mais ilustrativo. No verão de 92, os sindicatos italianos, outrora poderosos, aceitaram sem reclamar o fim da "Scala Mobile" — o reajuste automático de salários de acordo com a inflação. A revolta das bases foi imediata, com vaias e outros protestos mais incisivos.

A queda do poder sindical na Europa e a crise da social-democracia estão ligadas à incapacidade desta corrente de dar respostas à crise do capitalismo. Sem levar em conta as contradições insolúveis deste sistema e abandonando a perspectiva socialista, o sindicalismo social-democrata fica impotente diante da ofensiva neoliberal da burguesia. Em alguns casos, inclusive assimila determinadas medidas privatistas e antisociais do neoliberalismo.

Gravidade da situação do país exige uma postura combativa da central

Este quadro dramático e seus desdobramentos deveriam servir de lição para os copiadores brasileiros do modelo sindical

Jailton Garcia

A superação da crise da CUT passa pelo incentivo à mobilização de rua dos trabalhadores

europeu. Ainda porque a implementação do projeto neoliberal num país dependente, como o Brasil, se dá de forma mais avassaladora. Para amainar a crise na matriz, o imperialismo aperta com força redobrada o cerco sobre os países periféricos.

Em nosso país, o neoliberalismo significa o desmonte completo das estatais, o sucateamento do parque industrial, a abertura fraticida das importações, etc. Com o falso discurso da integração no "primeiro mundo", ele faz é "desintegrar" o país. Em resumo: é uma ameaça fatal à soberania da nação. Além disso, para implementar este projeto, a burguesia tende a restringir ainda mais as liberdades, temendo a expressão do descontentamento popular. Aí estão os projetos de reforma partidária e eleitoral, que visam colocar na camisa-de-força a frágil democracia brasileira.

Afora os aspectos nacionais e democráticos, há também o agravamento da situação social do povo. São mais de 7 milhões de pais de família desempregados. Outros 13 milhões se encontram no mercado informal, sem carteira assinada e demais direitos. O intenso processo de *terceirização* das empresas rebaixa ainda mais o nível de vida dos assalariados. A inflação, superando a casa dos 30%, corrói os já minguados salários. Não há investimentos do Estado na saúde, educação, saneamento, habitação — setores onde predominam o caos e a barbárie.

Numa situação como esta, os discursos conciliadores e a fuga da luta não ajudam em nada. Se não funcionam na Europa, imagine-se no Brasil. Eles só desarmam os trabalhadores e preparam o terreno para a ofensiva excludente do capital. Estas questões centrais é que precisam nortear as atuais discussões sobre a crise da CUT. Sem compreender esta realidade, a central continuará patinando. Medidas "administrativas" não resolverão o problema. Pelo contrário. Como toda a prática burocrática, só reforçarão ainda mais a burocratização da central!

Três grandes eixos de luta exigem o urgente compromisso da CUT

Para superar sua crise, o que é o anseio de todas os cutistas sérios e consequentes — preocupados com a dura realidade dos trabalhadores —, a CUT deve se posicionar e se situar no leito real da luta de classes. Esta luta hoje apresenta, no nosso entender, três grandes eixos: as questões nacionais, democráticas e sociais. No campo social, é preciso erguer com força algumas bandeiras decisivas. Entre elas:

* Reajuste mensal dos salários, a fim de recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores e incrementar o consumo, a produção e o emprego.

* Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem a redução de salários e com a proibição das horas-extras. Esta é a forma mais racional para se fazer frente ao desemprego tecnológico.

* Contrato Coletivo de Trabalho por ramo de atividade ou articulado nacionalmente. Esta proposta possibilita potencializar e unificar a luta dos trabalhadores, além do que reforça a organização sindical.

* Reforma agrária antilatifundiária, que distribua terra aos milhões de trabalhadores sem terra e garanta as condições de plantio e venda dos produtos através da política agrícola.

* Maiores investimentos dos poderes públicos nas áreas sociais — saúde, educação, moradia, saneamento, etc. Contra a campanha nociva da burguesia e de seus apaniguados, como Luiz Antonio Medeiros, em favor do chamado "Estado mínimo".

Já no campo nacional, que é um dos mais candentes da atualidade, a CUT deveria tomar a dianteira na luta contra a privatização das estatais e a Lei das Patentes. Na defesa intransigente da soberania nacional, contra o sucateamento do parque produtivo brasileiro e a farsa do "Estado mínino", grandes mobilizações poderiam ser organizadas em repúdio às chantagens e ameaças do imperialismo norte-americano. Neste esforço, a central deve ter a habilidade de conclamar outros setores da sociedade com posturas nacionalistas.

Quanto à questão democrática, é urgente a participação da CUT em todos os fóruns que lutam contra as restrições à liberdade de organização partidária no país. Outra batalha de grande interesse é pelo aperfeiçoamento do voto proporcional, contra as propostas do voto distrital ou distrital misto — que só reforçariam os currais dos políticos conservadores. Existe também a necessidade de se desencadear uma campanha massiva contra o golpe tramado pelas elites da revisão constitucional ampla em outubro.

Como se observa, motivos para lutar não faltam. O sistema capitalista é pródigo neste sentido. Exatamente por isto, todas estas frentes de luta devem estar marcadas fortemente pela propaganda anticapitalista. Na visão classista, revolucionária, a resolução dos problemas apontados — a conquista da verdadeira soberania nacional, da democracia para os milhões de trabalhadores e de uma vida mais digna e humana — passa obrigatoriamente pela superação do capitalismo. O socialismo, mais do que nunca, é o ideal dos explorados e oprimidos.

Com base neste eixo de luta, que deve ser aperfeiçoado, é possível ir superando a atual crise da CUT. Para isto, é necessário derrotar — política, teórica e ideologicamente — as concepções reformistas que predominam na cúpula da central. Ao mesmo tempo, não se pode cair nas armadilhas do principismo e do sectarismo, que só agravam artificialmente as cisões na central. O espírito unitário continua sendo um remédio indispensável para o avanço da luta contra o nosso poderoso inimigo de classe — a burguesia.

As condições para superação da crise e para a dinamização da CUT existem. Elas passam, no entanto, pelo urgente fortalecimento da concepção classista do sindicalismo — a única capaz de dar respostas eficazes às adversidades do cotidiano da luta de classes.

* Metalúrgico. Integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Quais os interesses que estão em jogo na revisão constitucional de outubro

Antônio Carlos Queiroz *

A revisão constitucional, prevista para outubro, é um assunto que merece toda a atenção dos trabalhadores e do movimento sindical. Ela pode se constituir num duro golpe aos interesses dos assalariados e da nação brasileira. No artigo a seguir, o autor questiona a legitimidade da revisão, desmascara as artimanhas de seus articuladores e aponta os principais objetivos desta iniciativa.

As elites conservadoras do país estão preparando um golpe de Estado para 6 de outubro próximo. A conspiração, apoiada por alguns setores à esquerda, está sendo organizada e financiada pelo Grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCEs), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Câmara Americana de Comércio, Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), entre outras poderosas entidades.

No Congresso Nacional, a iniciativa está a cargo de uma tropa de choque da qual fazem parte, destacadamente, os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Albano Franco (PFL-SE) e os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Nelson Jobim (PMDB-RS), José Genoino (PT-SP), Ney Lopes (PFL-RN), Adylson Motta (PPR-RS), entre outros.

O golpe tem o nome de revisão constitucional. Com ele os conservadores pretendem substituir a Constituição de 1988 por outra completamente diferente, segundo a qual não haveria mais restrições ao capital estrangeiro; seria eliminado o monopólio estatal do petróleo, da energia elétrica e das telecomunicações; os direitos sociais seriam alterados, com o fim da aposentado-

ria por tempo de serviço, restrições ao direito de greve, fim do ensino gratuito nas universidades, etc. Os conservadores pretendem, enfim, instituir constitucionalmente o modelo neoliberal no Brasil. (ver quadro)

Atenção: não se fala aqui de conspiração e golpe de Estado em sentido lato ou figurado, mas no sentido restrito de "subverção da ordem constitucional", conforme ensina o Aurélio. Esta é a interpretação de personalidades públicas respeitáveis, como os juristas Paulo Bonavides, Geraldo Ataliba e Marcelo Lavenere, o professor Cândido Mendes, os deputados Hélio Bicudo (PT-SP), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Maria Luiza Fontenele (PSB-CE), Aldo Rebelo (PCdoB-SP), entre outros, e assumida pela CNBB, por parceladas ponderáveis da OAB, pelo Partido Democrático Trabalhista, o Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores.

O atual Congresso não tem legitimidade e nem poderes para alterar a Constituição

Para situar o problema: o artigo 3 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal dispõe que "a revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral." O constitucionalista Paulo Bonavides afirma que este artigo 3 está estritamente vinculado ao artigo 2 do mesmo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata do plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, marcado para 7 de setembro de 1993 mas antecipado para 21 de abril passado.

Em outras palavras: a revisão constitucional prevista no artigo 3 estaria restrita aos resultados do plebiscito. Se os eleitores tivessem optado pelo parlamentarismo, a revisão seria feita para que a Constituição fosse adaptada ao novo sistema de governo, por exemplo, definindo o papel do cargo de primeiro-ministro, prevendo a dissolução da Câmara dos Deputados em caso de crise de governo, criando o Ministério da Defesa que substituiria os ministérios militares, etc. Ocorre que os eleitores preferiram manter o presidencialismo republicano. E assim, segundo Paulo Bonavides, a revisão deixou de ser necessária.

Bonavides, que trata deste assunto do ponto de vista estritamente jurídico, já explicava, na revista de Informação Legislativa de outubro a dezembro de 1992, que a única, a principal revisão prevista pela Constituição é a do artigo 2 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pela via do plebiscito. E que seu autor é "o mais legítimo dos legisladores: o próprio povo." Ele complementava o raciocínio, dizendo que "a revisão secundária, formalmente declarada com esse nome, e apêndice daquela, vem completá-la e consta do art. 3 do mesmo Ato."

O poder constituinte, isto é, o poder de redigir uma nova Constituição, pertence única e exclusivamente ao povo. Este princípio é reconhecido no parágrafo único do artigo 1 da Constituição de 1988, segundo o qual "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição." Ao tratar da possibilidade de mudança na forma e no sistema de governo, no artigo 2 das Disposições Transitórias, os constituintes remeteram a questão à deliberação da soberania popular, através do plebiscito, uma das maneiras do exercício da democracia direta.

Ao prever, no artigo 3, a revisão pela maioria absoluta dos congressistas, em sessão unicameral, os constituintes facilitaram o quórum, segundo Bonavides, "unicamente em razão de este visar apenas fazer no texto constitucional as alterações complementares de adequação que se fizerem mister ao funcionamento da nova forma de governo ou do novo sistema de governo, após ser colhida a manifestação favorável da soberania popular."

Um detalhe importante: o plebiscito foi previsto originalmente para o dia 7 de setembro de 1993 e a revisão "cinco anos contados da promulgação da Constituição", ou seja, a partir de 6 de outubro de

1993. Segundo Bonavides, estas determinações cronológicas reforçam a sua interpretação que vincula o artigo 3 ao artigo 2 das Disposições Transitórias. Acontece que o plebiscito foi antecipado para o dia 21 de abril, o que, segundo o deputado Hélio Bicudo, já se constituiu num "golpe branco" contra a Constituição, um exercício preparatório para o golpe maior previsto para o próximo mês de outubro.

"Um atentato ao Estado de Direito", como afirma o professor Cândido Mendes. Caracterizado pela usurpação da soberania popular, único detentor do poder constituinte. Que fique claro: o atual Congresso Nacional não tem legitimidade para reescrever a Constituição Federal. O povo não o elegeu para isto, não transferiu seu poder constituinte para os atuais deputados e senadores, como havia feito em 1986, quando elegeu a Assembléia Nacional Constituinte.

O ex-general-presidente João Figueiredo costumava comparar a democracia com uma laranja, cujo bagaço se atira depois de chupada. É mais ou menos como uma laranja que os golpistas da revisão vêem a atual Constituição. Algo descartável, apenas cinco anos depois de promulgada, sem ter sido ao menos regulamentada integralmente.

Por quê? Porque os conservadores da Fiesp, do Grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro, da Federação Brasileira de Bancos não concordam com o seu conteúdo. Não querem respeitar os direitos dos trabalhadores nela inseridos. Não aceitam que o Estado desempenhe qualquer papel relevante na economia, embora lucrem fortunas pendurados nos títulos da dívida pública.

Conservadores pretendem retirar os obstáculos para ampliar os seus privilégios

Em termos político-jurídicos ocorre hoje, afirma o jurista Sérgio Sérvulo da Silva, um conflito entre a Constituição formal, a escrita, e a Constituição real, caracterizada pelas relações sociais. Conflito que os conservadores querem resolver, como sempre fizeram ao longo da história do país, através de um golpe. Através de mudanças no sistema partidário; com restrições a existência de partidos "pequenos", como o PSB, PCdoB, PV, e no sistema eleitoral, com a introdução do voto distrital, por exemplo. Ou através da revisão ampla da Constituição, votada em turno único, em sessão unicameral do Congresso Nacional, com o quórum da maioria absoluta (293 votos).

Uma ponderação importante: uma Constituição não pode ser vista como algo sagrado, intocável. As leis refletem relações sociais sempre cambiantes e a elas devem ir se adaptando. A própria Constituição, no inciso I de seu artigo 60, define como devem ser operadas as mudanças materiais, de conteúdo, de seus artigos: através das emendas, aprovadas em cada casa legislativa em dois turnos, pelo voto de 3/5 dos votos dos deputados e senadores.

Reynaldo Stavale

Pressão popular na Constituinte, em 88: golpistas querem evitar mobilizações semelhantes

As dificuldades na tramitação das emendas têm uma razão de ser, dizem os juristas. Foram previstas para que o povo tenha a oportunidade de debatê-las mais profundamente, exercendo o seu poder constituinte, agora com o caráter revisor. A manobra dos que querem a revisão através da maioria absoluta dos congressistas constitui um golpe porque surrupia do povo esta sua exclusiva prerrogativa.

O preceito da revisão através de emendas não é exclusivo da Constituição brasileira. O professor Cândido Mendes fez um levantamento de legislação comparada e não encontrou qualquer precedente de uma Constituição ser revisada por maioria absoluta do Congresso. Todos os países exigem quórum muito qualificado para reformar, sempre através de emendas, as suas constituições. Quando não, o novo texto é submetido a referendo ou plebiscito e até, para entrar em vigor, a uma nova Assembléia Constituinte.

A estratégia para o golpe já foi definida pela tropa de choque da revisão ampla

Desconsiderando todos estes argumentos e toda a prática constitucional do mundo inteiro, a tropa de choque da revisão, para não perder tempo, já definiu uma estratégia para deflagrar o golpe. Segundo informou o jornalista Marcelo Pontes, no "Jornal do Brasil" de 4 de junho último, por acordo entre alguns partidos e os presidentes da Câmara e do Senado, já estaria definida a fórmula da convocação do Congresso para a revisão. Seria através de um decreto legislativo com texto enxuto, a ser votado pela Câmara e pelo Senado, contendo apenas a data do início da revisão.

Esta seria uma maneira habilidosa de resolver os conflitos entre o presidente da Câmara , Inocêncio de Oliveira, e o presidente do Senado, Humberto Lucena, que disputam a presidência da "assembléia revisora". Já estaria acertada também, entre Inocêncio e Lucena, a constituição de uma comissão mista de 22 titulares e 22 suplentes, cuja primeira tarefa seria a elaboração do regime da "assembléia revisora."

O primeiro vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS), defende o início da revisão para o dia 6 de outubro. Esta data teve a anuência dos líderes do PMDB, PFL, PDS, PRN, PP, PL e PSD, que compareceram a um almoço oferecido pelo presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, no dia 1 de junho para discutir a questão. Inocêncio quer que a revisão termine até o dia 20 de dezembro ou, no máximo, no dia 2 de abril, data da desincompatibilização dos detentores de cargos públicos que pretendem disputar as eleições gerais de 1994.

O "Correio Braziliense" de 2 de junho informou que neste almoço ficou acertado que a partir de 6 de outubro, qualquer parlamentar que queira ver aprovada uma emenda constitucional poderá exigir votação pelo sistema unicameral, com quórum de maioria absoluta. Esta "decisão" seria colocada em prática no caso de não se conseguir instalar a "assembléia revisora" dia 6 de outubro. "Com ou sem assembléia revisora, o processo de revisão será deflagrado a partir de 6 de outubro", anunciou Inocêncio, de acordo com o "Correio."

O prefeito Paulo Maluf, que comanda o PPR, a terceira maior bancada no Congresso, também quer que a revisão chegue ao fim até o dia 2 de abril, evidentemente para não tomar tempo de sua campanha à presidência da República. Maluf pretende ainda que a atuação do Legislativo seja votada exclusivamente para a revisão. A exemplo do PFL, o PPR (antigo PDS) já formou no Congresso uma comissão que reúne deputados, senadores e assessores e, em São Paulo, criou um Conselho de Estudos Constitucionais.

O deputado Ney Lopes (PFL-RN), o mesmo que relatou o projeto de Lei das Patentes, segundo os ditames das autoridades estadunidenses, é outro que preparou um roteiro completo para a revisão, segundo ele próprio, baseado na sua experiência de professor de direito constitucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O roteiro de Lopes, publicado pelo boletim "Hoje na Câmara", da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara, é o seguinte:

Aguinaldo Zordenoni

O direito de greve é um dos alvos dos conservadores na revisão

"1) A revisão deve comecar impreterivelmente em 6 de outubro, para evitar a transformação do Congresso em sessão unicameral sempre que seja apresentada emenda à Constituição; 2) A revisão tem que ser procedida de amplo acordo entre os partidos, já que se dispõe de um texto básico, que é a Constituição atual; 3) O primeiro passo deverá ser a agenda mínima, que englobaria: regimento; objeto da revisão; e procedimento e cronograma de debate e votação; 4) A base de negociação deve ser apoiada nos partidos políticos, através de lideranças e credenciados; 5) O âmbito da revisão deve concentrar-se na reforma do Estado, organização dos Poderes e Ordem Econômica."

Para facilitar a manobra, "revisionistas" tramam o isolamento da esquerda

Uma corrente no Congresso acha que se a revisão não for realizada ainda este ano, deve ser adiada para depois das eleições do final do próximo ano, para não ficar subordinada aos interesses dos candidatos. É o que pensa, por exemplo, o deputado Marco Penaforte (PSDB-CE). O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos principais corifeus da revisão, não concorda com esta tese. Ele acha que o adiamento para 1995 poderá levar o Brasil a perder a década de 90, como aconteceu com a de 80.

Jobim, saudado pelos conservadores como "o mais brilhante constitucionalista do Congresso", é daqueles que acreditam que é a Constituição que obstaculiza o crescimento econômico do País e não os constrangimentos da dívida interna e externa, da política econômica recessiva, enfim, dos mecanismos que favorecem os ativos financeiros em vez dos investimentos produtivos.

A tropa de choque revisionista pensa também em regulamentar os lobbies que pretendem atuar durante os trabalhos da "assembléia revisora". O senador Marco Maciel e o deputado José Genoíno já prepararam projetos neste sentido.

Isolar os "radicais" é outra de suas providências. Segundo o "Correio Braziliense" de 5 de junho, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e o ex-senador Jorge Bornhausen, que coordena a comissão encarregada de formular o projeto de revisão para o PFL, "concordaram em que os grandes partidos precisam evitar que se repita na Constituinte revisora o processo de radicalização resultante dos conflitos entre o grupo de esquerda com a facção de direita conhecida como Centrão". Pinheiro e Bornhausen disseram que "quem deve comandar a negociação na Constituinte são os partidos, não os grupos ou blocos". Como a iniciativa da revisão está sendo comanda-

da pelos setores mais conservadores, o que dispensa a ressurreição do "Centrão", deduz-se que Pinheiro e Bornhausen, na verdade, visam mais especificamente aos "radicais de esquerda" contrários à revisão.

Setores progressistas decidem lutar contra a revisão em outubro

Acontece que esta não é uma posição apenas dos "radicais de esquerda." Uma reunião convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no dia 2 de junho passado mostrou que uma frente amplíssima se opõe ao golpe da revisão, disposta a tomar as ruas do país a exemplo do que ocorreu com a campanha do impeachement.

O encontro, presidido pelo secretário geral da CNBB, Dom Antônio Celso Queiroz, contou com a presença do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenere; o presidente da CUT, Jair Meneghelli; o presidente da CGT, Canindé Pegado; o presidente da Contag, Francisco Urbano; o senador Almir Gabriel (PSDB-PA); os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Hélio Bicudo (PT-SP); Valdir Pires (PSDB-BA), Maria Luiza Fontenele (PSB-CE); Zaire Rezende (PMDB-MG); José Genoíno (PT-SP); Paulo Delgado (PT-MG); Haroldo Lima (PCdoB-BA); Aldo Rebelo (PCdoB-SP); Sérgio Miranda (PCdoB-MG), entre outras lideranças políticas.

José Genoíno foi quem defendeu com mais clareza a posição revisionista. Ele alinhavou algumas verdades para justificar o golpe. Disse que a atual Constituição tem aspectos muito ruins, como a definição do papel das Forças Armadas, a falta de controle por parte da sociedade do Poder Judiciário, os critérios para a realização da reforma agrária, etc. E que seria melhor proceder a revisão agora, quando "o presidente da República está fraco e o Congresso Nacional está despedaçado" do que após as eleições de 1994, quando pode ser eleito um presidente e um Congresso de perfis mais nítidos de direita.

Em aparte, Hélio Bicudo informou a Genoíno que ali, naquela reunião, ninguém estava defendendo o adiamento da revisão mas sim a não-revisão. Como o Partido dos Trabalhadores aprovou a decisão de combater a revisão, durante seu 8º Encontro Nacional, realizado em Brasília nos dias 11, 12 e 13 de junho, Genoíno não mais poderá defende-la, sob pena de cometer indisciplina partidária.

O representante do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), Paulo Lira, disse concordar com a campanha anti-revisão mas, "por precaução", "já que infelizmente ela ocorrerá", defendeu a idéia de as entidades do movimento popular constituirem grupos de estudos para elaborar as suas propostas de revisão. Jair Meneghelli criticou com veemência esta posição ambígua: "Ou a gente faz uma coisa ou outra. Não é possível fazer as duas ao mesmo tempo", disse Meneghelli, garantindo que a CUT vai mobilizar os trabalhadores para impedir o golpe.

Animado com os resultados da reunião, o secretário geral da CNBB convocou outro encontro para o dia 15 de junho. Por sugestão de Marcelo Lavenere, as entidades presentes decidiram tomar três providências: 1) levantar a posição dos deputados e senadores a respeito do assunto (o que, aliás, já foi feito pelo DIAP); 2) mobilizar as entidades populares e sindicais contrárias; 3) e mobilizar os juristas contrários à revisão constitucional.

Generais golpistas de 64 também tentaram se investir de poderes constituintes

Por essas iniciativas, percebe-se que as batalhas contra o golpe da revisão serão travadas em três terrenos: no Congresso, nas ruas e no Supremo Tribunal Federal, que deverá ser chamado a opinar sobre a questão, na condição institucional de "guardião da Constituição."

Durante o encontro convocado pela CNBB, os oradores se referiram seguidamente à falta de legitimidade do atual Congresso para realizar uma ampla reforma da

Carta Magna. Houve quem recordasse que durante 21 anos os governantes militares tentaram, sem sucesso, institucionalizar o regime através de Emendas Constitucionais votadas por um Congresso enfraquecido e mutilado.

No preâmbulo da Constituição de 1967, os golpistas de 1964 afirmavam que "a revolução vitoriosa se investe do exercício do poder constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do poder constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o poder constituinte, se legitima por si mesma."

Só que o país não aceitou esta farsa, rejeitou a nova ordem constitucional que havia rasgado a Constituição liberal de 1946, foi para as ruas protestar, o que levou os militares a decretar o "golpe dentro do golpe", em dezembro de 1968, quando foi editado o Ato Institucional nº 5.

Com o fracasso da Constituição de 1967, a Junta Militar dos "Três Patetas" foi obrigada a editar a Emenda Constitucional de 1969, também conhecida como a "Constituição do Terror." Esta Emenda incorporava ao seu próprio texto o Ato Institucional nº 5, paradoxalmente, com mais força que a própria Carta, pois permitia que o general-presidente de plantão legislasse independentemente das leis, da Justiça e até da própria Constituição.

Posteriormente, o general Geisel, no bojo da "abertura lenta, gradual e segura" — uma nova tentativa de institucionalização do regime militar —, revogou o AI-5 e pôs em vigor a Emenda Constitucional nº 11, em dezembro de 1978, mas manteve poderes discricionários para o presidente da República, como as "medidas de emergência."

Durante o governo de seu sucessor, o general Figueiredo, o que se viu foi o crescimento do movimento em favor da democracia, que exigia a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o que foi feito pelo presidente Sarney em 1986. A Constituição de 1988, por mais imperfeita que seja, não saiu, portanto, da cabeça de nenhum general, de nenhum escriba constitucional iluminado. É fruto de anos de lutas democráticas e populares que puseram fim à ditadura militar e instituíram o atual regime democrático.

Um regime que precisa ser urgentemente aperfeiçoado, porque exclui as grandes massas de trabalhadores das cidades e do campo e serve muito mais aos detentores do capital. Não será, porém, com golpes que este regime será mudado. Através da força, travestida da legalidade auto-instituída da revisão constitucional, as elites podem até mudar a Constituição. Mas destituída de legitimidade popular, como a "Polaca" de 1937 ou como a "Emenda do Terror" de 1969, a nova Carta não será respeitada pela população brasileira. Ao contrário, será motivo de novas crises institucionais.

Jailton Garcia

Só a intensificação da luta dos trabalhadores impedirá o golpe tramado para outubro

Principais alvos dos golpistas

Os juristas do golpe da revisão costumam dizer que as únicas mudanças proibidas referem-se às chamadas "cláusulas pétreas", definidas pelo parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição, segundo o qual "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: I — a forma federativa de Estado; II — o voto direto, secreto, universal e periódico; III — a separação dos Poderes; IV — os direitos e garantias individuais".

Ora, alguém poderá levantar o argumento lógico de que "revisão", em termos amplos, não é "emenda" e que, portanto, até mesmo estas cláusulas poderiam ser mudadas. Na verdade, o que os golpistas querem é isto mesmo: reescrever toda a Constituição.

Mais abertura ao capital estrangeiro, fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações, desnacionalização do subsolo, tudo isto eles querem mudar. Os direitos dos trabalhadores são outro alvo preferencial dos golpistas. Segundo o "Jornal de Brasília" de 17 de maio passado, a Confederação Nacional da Indústria, presidida pelo senador Albano Franco (PRN-SE), quer, por exemplo, retirar da Constituição as cláusulas que considera "onerosas" para o governo e a iniciativa privada.

Aí se incluem os direitos e garantias sociais, que a CNI pretende transferir para leis ordinárias. Entre esses direitos, encontram-se a remuneração das férias, acrescida de um terço, a indenização de 40% do FGTS, o salário nacionalmente unificado, a licença paternidade, etc. Os empresários argumentam que haveria um excesso de normas, que prejudicariam a livre negociação entre patrões e empregados e imporiam custos insuportáveis a um grande número de empresas, especialmente as pequenas. O Instituto de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul também defende mudanças nesse capítulo e contratou o jurista Ives Gandra Martins como assessor.

Também estão ameaçados o direito de greve, a estabilidade dos servidores públicos, a aposentadoria por tempo de serviço e a estabilidade dos dirigentes sindicais. Mas a sanha revisora não pára por aí. Segundo o "Jornal de Brasília", a Confederação Nacional do Comércio deu início a um movimento para reduzir a proteção aos adolescentes e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) quer abolir até mesmo o direito à moradia. A desculpa é que este direito obriga alguém, no caso, o governo, a providenciar casa para os brasileiros.

Na revisão, diz o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), "deve-se usar mais a borracha do que a caneta". Tudo em nome da "modernidade" e da Nova Ordem Econômica Mundial. Os revisionistas continuam dizendo que a atual Constituição foi escrita antes da queda do Muro de Berlim e que, hoje, o mundo é outro.

O jornal "O Estado de S. Paulo" de 4 de junho passado publicou uma das mais completas plataformas dos golpistas. O jornal informou que o Grupo de Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro, que atua na Fiesp, preparou uma agenda de trabalho para o processo da revisão, cujos objetivos são: "lutar para eliminar as restrições ao capital estrangeiro e rever o monopólio estatal e reservas de mercado em áreas como petróleo, energia elétrica e telecomunicações".

O Grupo escolheu ainda seis temas para debater com outras entidades empresariais, como a própria Fiesp, a Câmara Americana de Comércio, a Federação Brasileira dos Bancos e o Instituto Liberal: "redefinição do papel do Estado; revisão dos direitos sociais; revisão do sistema tributário; autonomia do Banco Central e fim do limite de 12% para os juros; eliminação de dispositivos corporativistas, e reformas partidária e eleitoral."

O "Estadão" informou ainda que o Grupo das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro criou uma comissão de trabalho para desenvolver propostas, "que serão defendidas por um grupo de ação parlamentar num corpo-a-corpo com os congressistas". A estratégia é convencê-los de que as mudanças constitucionais estimularão os investimentos estrangeiros.

Este é o quadro das mudanças pretendidas pelo Grupo que, ao que parece, cumprirá papel de liderança no Estado Maior das forças do golpe constitucional. Ele foi publicado no jornal "O Estado de S.Paulo" de 4 de junho de 93:

Papel do Estado:

* Definição de perfil menos normativo e regulamentador, e mais facilitador
* Eliminação do papel de incentivo e de planejamento
* Ênfase na promoção da economia de mercado

Capital Estrangeiro:

* Redefinição do conceito de empresa brasileira de capital estrangeiro
* Abolição da preferência de compra do setor público para as empresas de capital nacional
* Revisão do tratamento tributário
* Exigência de controle nacional em atividades de caráter tecnológico

Fim do monopólio:

* Para petróleo e gás natural (pesquisa, lavra, refino, importação e exportação, transporte marítmo e por oleoduto)
* Mineração
* Minérios e minerais nucleares
* Energia elétrica
* Telecomunicações
* Navegação por cabotagem e interior

Sistema tributário:

* Melhor distribuição de carga tributária
* Observância dos princípios da capacidade contributiva e da progressividade dos impostos
* Adequação à realidade dos impostos
* Legislação estável
* Compatibilidade com o sistema exportador de capital

Direitos sociais:

* Retirada da Constituição de itens que devem ser regulados pela legislação trabalhista
* Fim da jornada de 6 horas pra turnos ininterruptos
* Fim da aposentadoria por tempo de serviço
* Fim do monopólio da representação sindical
* Revisão do direito de greve
* Restrição a emissão de títulos públicos e endividamento dos Estados e municípios
* Revisão da isonomia e da estabilidade do funcionalismo público
* Redução dos gastos dos poderes Legislativo e Judiciário
* Revisão do ensino público gratuito nas universidades
* Redução do comprometimento da receita com o pagamento de pessoal

* Jornalista. Assessor de imprensa no Congresso Nacional, Brasília

Cibele Aragão

4º Concut: a proposta da contratação articulada é aprovada em vários fóruns cutistas

Uma avaliação crítica da proposta do Contrato Coletivo de Trabalho

Magnus Farkatt *

A proposta do Contrato Coletivo de Trabalho, defendida há alguns anos pela CUT, agora tem importantes adeptos no interior do governo Itamar Franco. Há quem afirme que sua implementação é inevitável no Brasil — é apenas uma questão de tempo. No artigo a seguir, o autor faz uma avaliação aprofundada sobre o tema, apontando os aspectos positivos e também os negativos da proposta em discussão.

Com a posse do ministro Walter Barelli, ganhou força na sociedade o debate em torno da proposta do Contrato Coletivo de Trabalho. Expressivos setores do movimento sindical, especialmente a CUT, passaram a defender a sua implantação imediata, sob o argumento de que este seria o meio mais eficaz para modernizar as relações trabalhistas em nosso país.

O empresariado, por sua vez, apresenta-se dividido na questão, havendo desde segmentos que advogam a criação de um "modelo democrático de contrato", até aqueles que atacam o seu surgimento com violência.

Este debate cresce em importância na medida em que se aproxima a revisão constitucional, marcada para outubro, e

que, fatalmente, abordará o tema. Diante deste contexto, é imperativo que se identifique qual o verdadeiro significado desta proposta para o movimento sindical e os trabalhadores. Para tanto, é necessário, inicial- mente, que se estabeleça um **conceito** de Contrato Coletivo de Trabalho.

Esta expressão não se encontra definida em nossa legislação trabalhista. No entanto, com base na teoria geral dos contratos, pode-se conceituá-la como sendo "o acordo de vontades firmado entre entidades sindicais que representem empregados e empregadores, que estabelece direitos e obrigações a serem aplicados às relações de trabalho existentes na base territorial das entidades acordantes."

Observe-se que este conceito, ao contrário do que muitos pensam, não traz nenhuma inovação ao direito sindical brasileiro. Isto porque a CLT garante às organizações representativas de patrões e empregados a prerrogativa de contratarem entre si direitos e obrigações que se aplicam às relações de trabalho, através de **Acordo** e **Convenção Coletiva**.

O primeiro se destina, exclusivamente, aos trabalhadores de uma determinada empresa, enquanto que o segundo deve ser aplicado a todos os integrantes de uma categoria profissional determinada. Pode-se concluir, portanto, com base na conceituação adotada para o contrato coletivo, que este instrumento já existe no país, só que com a denominação de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

O modelo de contratação atual é limitado e fixa um forte controle do Estado

Em sendo assim, certamente surge a indagação sobre os motivos que tornam este debate tão importante no momento, considerando que o nosso objeto de análise já integra o cotidiano dos trabalhadores há bastante tempo. A resposta a esta pergunta é relativamente simples. A discussão que ora se trava em torno do contrato coletivo é relevante porque criou uma oportunidade privilegiada para que ocorram mudanças no atual modelo de contratação, permitindo a ampliação do seu alcance e pondo fim à intervenção do Estado no processo negocial.

Quando se fala em ampliar o alcance da contratação, o que pretendemos é construir um sistema que preveja, além da celebração de contratos por empresa e por categoria profissional, **a contratação inter-categorias**. A defesa do fim da intervenção do Estado no processo negocial, por sua vez, se justifica tendo em vista que a contratação coletiva em nosso país continua sendo feita sob um forte controle do poder público, no que pese a aprovação da liberdade sindical na Assembléia Constituinte de 88.

Isto porque o modelo contratual que continua a vigorar no país foi aprovado na década de 30, sob a inspiração da "Carta Del Lavoro", editada por Mussolini na Itália. Ele consagrou o princípio do Estado Corporativista, a quem incumbira o papel de "harmonizar as relações entre capital e trabalho". Com base nesta lógica, resultou um sistema de contratação cujas principais características serão analisadas a seguir:

1- Processo negocial regulamentado em lei

No Brasil, a exemplo do que ocorre na grande maioria dos países, a negociação coletiva se desenvolve de acordo com um conjunto de normas legais que indicam como ela deve ter início, se desenvolver e ser concluída. Esta é a razão porque se afirma que o processo negocial é regulamentado em lei.

Em outras partes do mundo, contrariamente, a contratação de direitos e obrigações é desregulamentada, o que equivale a dizer que inexiste norma jurídica que indique o procedimento a ser adotado na negociação. Neste caso, cabe unicamente às partes definirem as "regras do jogo" em cada situação concreta, de acordo com a correlação de forças. É o que ocorre, por exemplo, no Uruguai.

2- Negociação formal numa data-base

Consoante à disposição contida na CLT, uma vez ao ano, numa data-base, as entidades sindicais de empregados e empregadores devem se reunir para estipular direitos e obrigações referentes a salários e condi-

ções de trabalho. Estes serão aplicados na base de representação das partes contratantes.

A instituição da "data-base", na qual deveria se desenvolver a negociação coletiva por categorias, é uma tentativa de se conter a **natureza permanente** dos conflitos entre capital e trabalho. Estes, por serem constantes, exigem, por conseguinte, uma negociação permanente. Tal dispositivo já foi em grande parte superado pelos acontecimentos, estando em descompasso com a realidade.

O poder normativo da Justiça e as restrições ao direito de greve

3- Obrigatoriedade do registro de acordos e convenções nas DRTs e intermediação compulsória do Estado no processo negocial

Por determinação legal, os acordos e convenções coletivas só estarão aptos a produzir efeitos jurídicos a partir do momento em que venham a ser registrados nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). Vale dizer: o seu cumprimento só será exigível na esfera judicial caso esta formalidade tenha sido cumprida.

Atende-se ainda ao fato de que, caso as partes não tenham chegado a um consenso nas negociações diretas, só poderão recorrer ao Judiciário Trabalhista para que este aprecie as reivindicações dos trabalhadores na hipótese de retomarem o processo negocial - desta vez, com a intermediação compulsória do Estado. É o que decorre de jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho.

4- Exercício do direito de greve sob a égide de uma lei restritiva

Caso o processo negocial entre patrões e empregados não chegue a bom termo, a Constituição Federal assegura aos trabalhadores o direito de greve de forma ampla, não impondo qualquer restrição ao seu exercício. Ocorre que, gradativamente, foi se firmando uma concepção de que era necessário limitar esta prerrogativa com vistas a garantir ao cidadão e a sociedade os demais direitos que lhes são conferidos pelo ordenamento jurídico.

Como consequência, foi aprovada uma lei que tem cerceado, significativamente, o direito de greve. Exemplo ilustrativo é o dos metroviários de São Paulo, que na sua mais recente paralisação tiveram que manter em funcionamento 50% da frota de trens, por imposição do Tribunal Regional do Trabalho. Fatos como este evidenciam que o Estado volta a controlar a luta dos assalariados, só que desta vez sob o manto da legalidade e do respeito a liberdade sindical.

5- Poder normativo da Justiça do Trabalho

De acordo com o artigo 114 da Constituição, a Justiça do Trabalho é o órgão competente para dirimir todos e quaisquer conflitos de interesses que decorram das relações de trabalho. Isto significa dizer que compete ao Judiciário Trabalhista julgar se os instrumentos de pressão utilizados por patrões e empregados nas lutas reivindicatórias obedeceram aos ditames da lei. Mais ainda: significa que cabe aos Tribunais do Trabalho julgarem a legitimidade das reivindicações das partes em conflito, determinando, consequentemente, os direitos e obrigações que serão conferidos a cada uma delas.

Esta capacidade de criar direitos e deveres através de um órgão judicante é o que se denomina de Poder Normativo. A sua existência tem sido duramente combatida pelo empresariado e por importantes setores do movimento sindical dos trabalhadores, com os argumentos os mais diversos. Ora combatem o poder normativo porque este estaria sendo utilizado para reprimir as justas reivindicações trabalhistas. Ora o atacam por conceder aos trabalhadores, de modo paternalista, direitos que estes deveriam conquistar através da luta política. O fato é que este é um dos traços mais importantes do nosso sistema contratual. Exige, de nossa parte, muita cautela ao se posicionar sobre ele.

6- Coexistência entre a legislação protetiva dos direitos trabalhistas e os acordos e convenções coletivas

O nosso ordenamento jurídico prevê a existência de um conjunto de normas trabalhistas, dentre as quais se inclui a CLT, aplicáveis a todas as categorias. Estas normas devem conviver com os acordos e convenções coletivas, que se destinam, respectivamente, aos trabalhadores de uma empresa ou de uma categoria determinada. A coexistência entre lei e contrato não se manifesta apenas no Brasil — existe na maioria dos países da Europa —, não podendo ser apontada como um mecanismo de intervenção estatal no processo de contratação.

Em contrapartida, alguns poucos países adotaram a sistemática de só reconhecer os direitos trabalhistas que tenham resultado de acordos entre patrões e empregados, suprimindo, portanto, toda e qualquer lei protetiva dos direitos do trabalhador. Isto, obviamente, beneficia o capital.

A armadilha do patronato para suprimir conquistas históricas do trabalhador

Em face do exposto, não resta dúvida de que o modelo de contratação de direitos trabalhistas em nosso país é marcado por uma forte intervenção estatal. O poder público intervem na medida em que as entidades sindicais são obrigadas a registrar junto ao Ministério do Trabalho os acordos e convenções que venham a celebrar entre si; quando é mediador obrigatório dos conflitos entre patrões e empregados; sempre que exerce o poder normativo através do Judiciário Trabalhista; e, por fim, quando julga as greves em sua legalidade e legitimidade, utilizando-se de uma lei que restringe este direito.

É inegável, também, que este sistema se contrapõe ao exercício da liberdade sindical, estando em descompasso com os avanços democráticos ocorridos na sociedade brasileira. Neste particular, parece haver um consenso generalizado. No entanto, quando se discute qual o modelo de contratação que deve substituir o atual e como deverá ser operada esta substituição, manifestam-se divergências profundas entre os trabalhadores e empresários.

Mesmo não existindo uma proposta formal do patronato sobre a questão, pode-se afirmar que a quase totalidade do empresariado tem defendido com veemência o fim da intervenção do Estado no processo negocial. A palavra-de-ordem assumida por este setor é, com certeza, "o Estado de fora". Nesta ótica, empregados e patrões deveriam, imediatamente, substituir os mecanismos de "tutela estatal" nas resoluções dos conflitos por instrumentos de "autocomposição".

Em uma palavra, o momento seria mais do que oportuno para implantar a "livre negociação" entre capital e trabalho, sem a presença "nefasta" do poder público, que impede o estabelecimento de relações modernas na esfera trabalhista. Por conseguinte, haveria que ser aprovado um modelo contratual inteiramente "desregulamentado", que não contasse, portanto, com qualquer disposição legal que indicasse o procedimento assumido pelas partes na negociação coletiva.

Ato contínuo, deveria ser suprimida a intermediação compulsória do Estado no processo negocial, bem como o poder normativo da Justiça do Trabalho, que, segundo os empresários, se constituiria no mais significativo mecanismo da "tutela paternalista" do poder público sobre as relações entre patrões e empregados. Para finalizar as linhas básicas do novo modelo de contratação do patronato, deveria ser aprovado o princípio reconhecendo como os únicos direitos trabalhistas vigentes em nosso país aqueles que estivessem consignados em acordo ou convenção coletiva. Consequente, seria necessário acabar com a CLT e as demais normas protetivas dos direitos dos trabalhadores.

Modelo de contratação dos empresários é um libelo em defesa do neoliberalismo

No que diz respeito à "lei de greve", esta deveria ser mantida, posto que não se cons-

tituiria num instrumento da interferência indevida do poder público no processo de contratação. O seu objetivo consistiria apenas em restringir o direito paredista para que fosse assegurado o exercício de outros direitos atribuídos à sociedade.

Como fica nítido, o modelo defendido pelo patronato consagra inteiramente a liberdade contratual, exceto num aspecto: não seria permitida a contratação inter-categorias, inflacionária por excelência. Há mesmo quem afirme, como o faz o Prof. Otácio Bueno Magano, que a crise econômica vivida pela Itália nos idos 1985 teria sido motivada, diretamente, por este sistema contratual.

A conclusão é óbvia: o "novo" modelo de contratação coletiva apregoado pelo empresariado é um libelo do neoliberalismo - só que pela metade. Afinal, a supressão do papel do Estado nas relações coletivas de trabalho ocorreria tão somente nos aspectos que interessam ao patronato. Já no que é desfavorável aos trabalhadores, a interferência estatal seria mantida na íntegra.

É evidente que esta posição não é assumida de forma aberta pelo patronato. Apresenta-se toda uma fundamentação doutrinária para se defender a tese de que os pontos contidos na proposta são absolutamente imprescindíveis à aprovação de um modelo contratual livre e democrático. Nada mais falso!

Afirmar, como o fazem os porta-vozes da classe patronal, que a "lei de greve" é necessária para garantir o exercício dos direitos assegurados à sociedade é de uma inconsistência a toda prova. Prerrogativas como o direito à vida, à liberdade, à reparação de danos, à integridade física, etc., estão garantidos por outras disposições legais, sendo absolutamente desnecessário que uma norma que trata do direito paredista aborde estes assuntos.

Igual inconsistência se revela no combate à contratação inter-categorias. Esta modalidade de contrato surge com naturalidade nos países cujo sistema de organização sindical se estrutura vertical e horizontalmente, como ocorre na Europa. Seria absolutamente estapafúrdio que o ordenamento jurídico admitisse a existência de uma central sindical, por exemplo, e não conferisse a este organismo todos os direitos que são assegurados às demais entidades representativas dos trabalhadores.

A defesa destas propostas revela que estamos diante de uma batalha de princípio, mas, principalmente, diante de uma importante batalha política. O modelo de contratação apresentado pelo empresariado, muito mais do que defender a liberdade sindical e o fim da intervenção do Estado nas relações de trabalho, objetiva suprimir conquistas histórias dos trabalhadores, bem como limitar a organização sindical. É neste contexto, portanto, que se deve situar o presente debate.

Os principais pontos do projeto defendido pela CUT de contratação articulada

É importante registrar que, na história recente do sindicalismo brasileiro, coube à CUT o papel de desencadear o debate sobre a contratação coletiva de trabalho. Desde 1990, a central formulou um ante-projeto de lei que trata deste assunto, no qual se encontram definidos os novos pilares que deveriam embasar o processo contratual. Recentemente, Jair Meneguelli apresentou ao ministro do Trabalho uma proposta para um novo sistema de contratação que, no fundamental, reafirma as disposições contidas naquele ante-projeto.

A proposição da CUT parte igualmente do princípio de que o modelo contratual vigente em nosso país encontra-se superado, sendo necessária, por consequência, a aprovação de um novo sistema que supere a intervenção do Estado no processo de contratação. Haveria que se "democratizar" as relações de trabalho, privilegiando-se a liberdade de negociação em detrimento da "tutela estatal."

Como se percebe, a exposição de motivos que fundamenta este projeto é semelhante àquela utilizada pelo empresariado na defesa de sua proposta. Contudo, o conteúdo das proposições revela significativas diferenças e, também, algumas semelhanças, como veremos a seguir.

De acordo com a proposta da CUT, a interferência indevida do poder público no processo negocial se manifesta através da obrigatoriedade do registro de acordos e convenções nas DRTs, da intermediação compulsória do Estado nas negociações coletivas, da criminalização da greve (que vem sendo tratada como um delito por nossas cortes trabalhistas) e, por fim, do exercício do poder normativo pela Justiça do Trabalho - que se revestiria, simultanemanete, de um caráter autoritário e paternalista. Estas características, por conseguinte, precisariam ser extintas de imediato, de acordo com o ponto de vista cutista.

Por outro lado, as bases de um novo modelo contratual deveriam estar assentadas nos seguintes princípios: regulamentação genérica do processo de contratação por norma jurídica; coexistência entre uma legislação protetiva dos direitos dos trabalhadores e os acordos, convenções e contratos coletivos; garantia do amplo exercício do direito de greve, bem como do direito de organização por local de trabalho; negociação permanente; instituição do mecanismo da arbitragem facultativa, através do qual as partes em conflito poderiam, de comum acordo, eleger árbitros que julgassem a sua demanda; e, finalmente, a contratação coletiva articulada.

Instrumento importante de unificação das lutas dos trabalhadores brasileiros

Esta última característica se reveste de especial importância para os trabalhadores, constituíndo-se num instrumento poderoso para forjar a sua unidade. De acordo com este princípio, existiriam três espécies de instrumentos de contratação de direitos e obrigações na esfera trabalhista: o acordo, a convenção e o contrato coletivo propriamente dito. Os dois primeiros manteriam a mesma essência de que hoje se revestem. Ou seja: continuariam a ser aplicados, respectivamente, aos trabalhadores de uma empresa e aos integrantes de uma determinada categoria profissional.

O contrato coletivo, por sua vez, deveria ter aplicação em mais de uma categoria, no âmbito do Município, do Estado ou do País. Através deste instrumento seria possível desde a união de duas categorias em um município determinado, com vistas à contratação de direitos e obrigações, até a unificação de todos os trabalhadores brasileiros para celebrar um contrato nacional. Atente-se para o fato de que estas três modalidades de ajuste se complementam entre si. Isto significa, na proposta da CUT, que a existência de um contrato não suprime uma convenção, ainda que ambos tratem da mesma matéria. Por este motivo é que o sistema proposto se denomina contratação articulada.

É importante observar, ainda, que a proposta formulada pela Central Única dos Trabalhadores condiciona a implantação deste "novo modelo de relações do trabalho" à mudança do atual sistema de organização sindical brasileiro. Isto porque na concepção dos autores deste projeto não haveria qualquer coerência em suprimir a intervenção do Estado no relacionamento entre patrões e empregados e continuar mantendo esta interferência sobre as entidades sindicais.

Para resolver este dilema, os elaboradores cutista da proposta de contrato coletivo articulado defendem simplesmente que devem ser extintos a contribuição sindical compulsória e também o princípio da unicidade, consagrado pelo artigo 8º da Constituição Federal. Em síntese, esta é a proposta da central para um novo modelo de contratação coletiva de trabalho a ser aplicado em nosso país.

É inegável que o modelo contratual proposto pela CUT traz importantes avanços para as relações de trabalho existentes no Brasil. O fim da intervenção do Estado no processo negocial e a instituição da contratação articulada podem se constituir em mecanismos valiosos para o fortalecimento da organização sindical, bem como para a conquista de importantes direitos que beneficiarão o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

No entanto, é preciso considerar que, **dentro do atual contexto**, o poder público ainda tem algum papel a cumprir nas rela-

ções de trabalho. Vivemos num país em que 48% dos assalariados trabalham sem registro em carteira, 74% das empresas recolhem incorretamente o FGTS, sendo que 55% delas não depositam um centavo sequer deste dinheiro. Predomina no Brasil uma cultura empresarial baseada no desrespeito aos mais elementares direitos trabalhistas, que objetiva unicamente a obtenção do lucro máximo no menor espaço de tempo possível.

Além disso, a acentuada crise econômica que aflige o país, associada ao fato de que os trabalhadores ainda não conquistaram a efetiva liberdade de organização no local de trabalho, **contribuem** para aumentar o desequilíbrio no relacionamento entre empregados e patrões - fortalecendo, evidentemente, os últimos.

Proposta cutista subestima a desfavorável correlação de forças do momento atual

Neste quadro, os assalariados não podem prescindir de alguns mecanismos institucionais de combate aos abusos do capital. Isto indica que a supressão da presença do Estado nas relações trabalhistas não deve se processar de forma automática e ilimitada. Lamentavelmente, o projeto da CUT não expressa esta compreensão - o que nos parece um erro grave e perigoso.

A proposição cutista até chega a sugerir a implantação gradual do novo modelo de contratação. Sugere, contudo, a extinção imediata de instrumentos que poderiam ser utilizados por mais algum tempo para combater os abusos do empresariado. É o que ocorre, por exemplo, com o poder normativo da Justiça do Trabalho, cuja revogação **imediata** dificultaria a transição de um modelo autoritário para um sistema "democrático" de relações trabalhistas.

Ao que nos parece, a proposta da central privilegia questões de princípios em detrimento da luta política. No afã de ver implantada a sua concepção sindical, os formuladores desta proposta secundarizam a dura realidade vivida pelos trabalhadores e o sindicalismo brasileiro, que é de nítida desvantagem na correlação de forças com o empresariado. Propugnam pela ampla liberdade de contratação, sem a presença do poder público, como se esta fosse a melhor alternativa para os assalariados num quadro de absoluto desequilíbrio entre as partes conflitantes.

O fato de apresentar esta crítica ao sistema contratual proposto pela CUT não significa que estejamos defendendo a presença do Estado nas relações de trabalho de forma incondicional e ilimitada. Muito pelo contrário. Temos a mais absoluta consciência de que boa parte dos mecanismos que caracterizam a interferência do poder público no processo de contratuação deve ser imediatamente suprimida. Sabemos, também, que, estrategicamente, deve-se ter como perspectiva construir um modelo contratual em que predominem os instrumentos de auto-resolução dos conflitos.

Mas, por outro lado, temos clareza de que a completa extinção do papel do Estado nas relações de trabalho só deverá ocorrer na medida em que vier a ser implantado em nosso país um projeto de desenvolvimento econômico independente, dotado de uma adequada política de distribuição de renda. Além disso, há que se garantir às organizações sindicais mecanismos de autodefesa contra os abusos do poder econômico, bem como a mais ampla liberdade de organização.

Estes são os pré-requisitos que precisam ser atendidos para que se configure uma relação de **certo** equilíbrio entre capital e trabalho. Sem que este "equilíbrio" mínimo exista, a irrestrita "liberdade de contratação" nada mais é do que uma farsa que será usada para impor profundas derrotas aos trabalhadores no futuro.

* Dirigente do Sindicato dos Advogados de São Paulo e assessor jurídico do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

A atualidade das idéias de Karl Marx sobre a questão do desemprego

Umberto Martins *

No início de abril deste ano uma onda de manifestações dos trabalhadores contra o desemprego sacudiu a Europa. O protesto de milhões chamou a atenção para o problema, cuja dramaticidade é ilustrada pelos números oficiais do Instituto de Estatísticas da CEE (Eurostat). Eles indicam que o desemprego atinge 10,2% da População Economicamente Ativa da região.

O elevado nível de ociosidade e desperdício da força de trabalho não é um privilégio exclusivo dos europeus, embora eles sejam os detentores dos percentuais mais alarmantes. Trata-se de uma característica comum a todas as nações capitalistas, particularmente as de mais alta produtividade, aquelas que se situam no centro do sistema imperialista.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima em 35 milhões o número de desempregados nos 24 países que representa, considerados os mais ricos do mundo.

Não é difícil observar que o fenômeno é fonte de grave instabilidade política e social (estando associado a conflitos dos mais significativos na atualidade) e tende a provocar convulsões de dimensões e resultados imponderáveis, conforme alertou um "alto funcionário" da OCDE, em palavras registradas pelo jornal "O Estado de São Paulo" (2 de junho). "Se não tratarmos deste problema com seriedade, haverá um repentino crescimento das pressões sociais e políticas, com conseqüências imprevisíveis".

A evolução deste mal, que é intrínseco ao sistema capitalista, e em especial as formas de sua manifestação na modernidade, constituem uma demonstração empírica das idéias, deduções e previsões feitas por

Karl Marx a respeito do desenvolvimento do sistema capitalista, embora estejamos em 1993, 110 após sua morte e muita água tenha rolado desde então. De outro lado, a realidade revela os limites e a miopia da economia política burguesa (conceitos que muitos julgam erroneamente como ultrapassados), que sempre enfocou a questão de uma perspectiva restrita e falsa, produzindo diagnósticos parciais e remédios paliativos, que a longo prazo agravam os efeitos da doença.

"O Capital" demonstra que o desemprego é um produto inerente ao capitalismo

Como resultado de um exaustivo estudo sobre o tema, exposto principalmente no "O Capital", Marx chegou a algumas conclusões fundamentais. Notou que o desemprego é um produto inerente ao sistema capitalista, tendo na alta da composição orgânica do capital a sua principal causa e expressando o choque (crescente) entre as relações de produção burguesas (que condicionam o investimento e o consumo na economia) e o progresso da produtividade do trabalho. Ao lado disto, argumentou que o nível de desocupação tendia a aumentar gradativamente ao longo da história, desdobrando-se no agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras. Observou que o problema não poderia ser solucionado nos marcos do modo de produção capitalista.

A vida vem dando razão a Marx em todos os sentidos. O nível de desemprego, além de se elevar progressivamente enquanto evolui a produtividade no capitalismo (embora seja necessário ressaltar que isto não se verifica de maneira linear), tem sido a longo prazo relativamente indiferente aos instrumentos de política econômica colocados à disposição dos governos burgueses, o que explica a notável impotência das políticas de inspiração keynesiana frente ao fenômeno hoje.

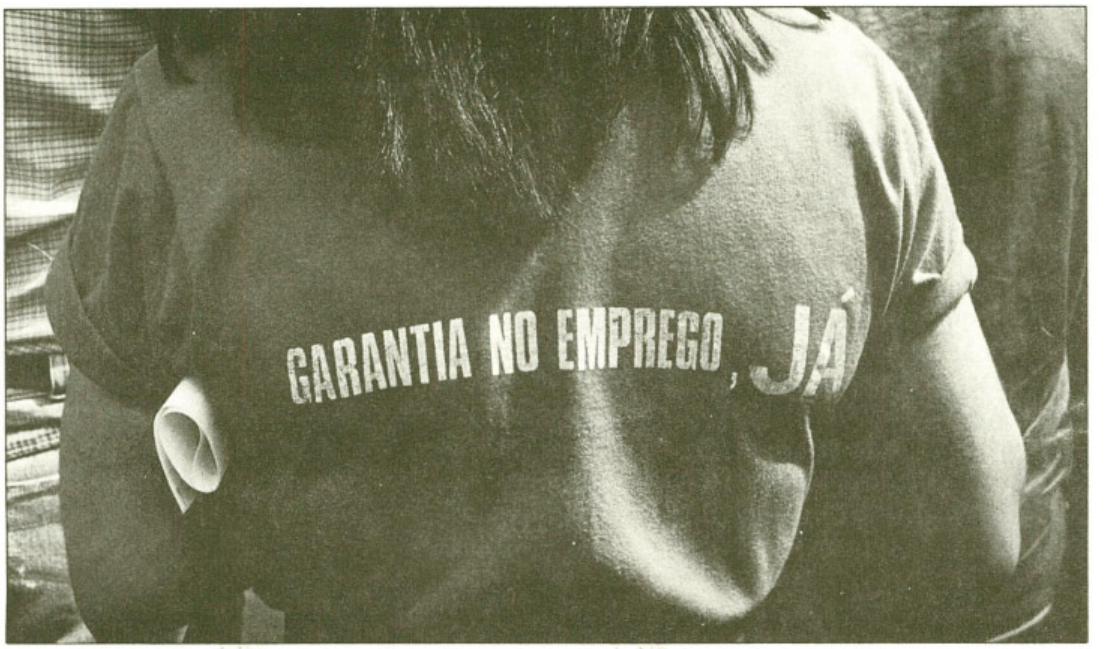
Enquanto Marx via longe, a economia política burguesa preferia evitar o tema, dele fugindo como o diabo foge da cruz. Satisfeita com a crença de que o sistema dispunha de mecanismos que promoviam um equilíbrio automático do mercado de trabalho (justificada pela famosa lei de Say, de que a oferta cria sua própria procura, já criticada por Marx), durante um bocado de tempo ela nem mesmo se dignou a julgar o problema com seriedade, tratando-o como uma aberração passageira, atribuindo-o preferencialmente à resistência dos trabalhadores contra a redução dos salários reais.

Nas felizes décadas de constituição e afirmação do imperialismo (uma nova fase do sistema, que sucedeu o capitalismo concorrencial a partir do último quartel do século passado), o desemprego não chegou a dar motivo para dores de cabeça e os economistas podiam repousar sobre os velhos e reconfortantes dogmas. Os grandes excedentes extraídos pelos monopólios pareciam desmentir a tendência de queda nas taxas de lucro observada por Marx, até mesmo porque a velocidade em que se processava a alteração da composição orgânica do capital foi amenizada e sofreu compensações com o incremento da exportação de capitais e o preço de produção sendo estabelecido cada vez mais por um mercado de escala mundial.

Keynes critica os liberais, defende a intervenção do Estado e propõe paliativos

Depois de alguns anos de prosperidade e reconstrução, após a 1º Guerra (1914-18), o panorama mudou. No rastro da grande depressão de 29, desencadeada nos EUA, o desemprego em massa se instalou como uma terrível praga nos países capitalistas mais avançados. O contraste entre as engenhosas fórmulas teóricas de equilíbrio e autoregulação do mercado, postuladas pela economia política burguesa (neoclássica), e a realidade aparentemente simplória mas insofismável dos fatos era por demais gritante para continuar sendo ignorada por uma pessoa de bom senso.

Claudia Mifano



Lógica do capitalismo não possibilita a plena garantia do emprego

Lorde Maynard Keynes, brilhante economista a soldo de um Império Britânico em franca decadência, discípulo do marginalista Alfred Marshal, rebela-se contra os velhos dogmas que havia decorado e defende a necessidade de uma revolução na economia política (burguesa), tarefa na qual passa a concentrar suas energias.

Em seu livro mais famoso e polêmico, "A teoria geral do emprego, do juro e da moeda", publicado em 1936, ele sustenta que o argumento segundo o qual "o desemprego que caracteriza um período de depressão se deve à recusa da mão-de-obra em aceitar uma diminuição dos salários não está claramente respaldado pelos fatos. Não é muito plausível afirmar que o desemprego nos Estados Unidos em 1932 tenha resultado de uma obstinada resistência do trabalhador em aceitar uma diminuição dos salários nominais, ou de uma insistência obstinada em conseguir um salário real superior ao que permitia a produtividade do sistema econômico. Amplas são as variações por que passa o volume de emprego sem que haja mudança aparente nos salários reais mínimos exigidos pelo trabalhador ou em sua produtividade. O trabalhador não se mostra mais intransigente no período de recessão do que no de expansão, antes pelo contrário. Também não é verdade que a sua produtividade física seja menor. Estes fatos, emanados da experiência, constituem, prima facie, o motivo justo para pôr em dúvida a análise clássica."

Observando o comportamento do mercado de trabalho na Inglaterra e nos EUA, Keynes abandonou os dogmas neoclássicos e formulou a teoria de que o desemprego era provocado por uma insuficiência da demanda efetiva (conceito que englobava a demanda total da sociedade ou a demanda agregada, que compreendia os dispêndios com consumo e investimento). Sugeriu que esta insuficiência poderia ser coberta com gastos públicos (eventualmente, se necessário, por um déficit), estando o pleno emprego ao alcance das mãos, ou melhor, de uma adequada política monetária e fiscal.

As idéias de Keynes refletiam as mudanças conseqüentes da transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista — que vinha alterando sensivelmente o papel e peso econômico do Estado — e soaram como um réquiem melancólico do laissez-faire.

A solução que ele preconizava para o desemprego em massa não deixava de ser uma negação do mercado, ainda que parcial, e um elogio à intervenção do Estado e ao planejamento econômico. "Creio" (disse, no livro já citado) "que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação

aproximada do pleno emprego, o que não implica a necessidade de excluir os compromissos e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada".

Movidos por um pragmático instinto da sobrevivência, os governos burgueses já empreendiam valentes e desesperadas experiências de intervenção do Estado na economia com a finalidade de debelar a crise. O programa chamado New Deal, do presidente Roosevelt, nos EUA, constitui o mais notório exemplo disto.

O keynesianismo já encontrava sua justificativa prática neste movimento, mas foi sobretudo a partir da 2º Guerra que ganhou prestígio, autoridade e viveu momentos de grande glória. Fundamentou a Lei do Emprego norte-americana (aprovada em 1946), pela qual o governo era responsabilizado pela criação do pleno emprego, e o chamado Estado de Bem Estar Social (Welfare State), o rebento mimado da social-democracia.

Crise do capitalismo faz a burguesia retomar a apologia do livre mercado

A história foi generosa com Keynes, mas não muito.

Enquanto o sistema capitalista viveu na prosperidade (fase de ouro, que a grosso modo não foi além das décadas de 50 e 60), tudo bem, o keynesianismo transformou-se em uma nova ortodoxia no interior da economia política. Não durou muito. As crises desencadeadas a partir dos anos 70 não tardaram a evidenciar que o mundo burguês ingressara num período de decadência, caracterizado por taxas declinantes de crescimento econômico, configurando uma tendência à estagnação que resultava no aumento gradativo (relativo e absoluto) do que Marx classificou como exército industrial de reserva (ou, em outras palavras, do estoque e do nível de desemprego).

O agigantamento do Estado burguês não sustentou (a médio e longo prazo) o pleno emprego e nem suprimiu os desequilíbrios do modo de produção capitalista, assim como provavelmente não se revelou a forma mais racional de alocação dos recursos produtivos. Acentuou, por outro lado, os traços parasitários dos países que compõem o centro do imperialismo (e neste sentido é bom lembrar que Keynes pensava uma solução para o desemprego inglês e norte-americano, cujos governos podiam contar, até certo ponto, com poupança externa para financiar o déficit público, o que constitui uma diferença essencial em relação às economias capitalistas dependentes).

O fracasso desta solução provocou uma oscilação no pêndulo da economia política burguesa, que agora parece enxergar na intervenção do Estado sobre a economia a causa de todos os males que afligem a humanidade. O mal chamado neoliberalismo, certamente destinado ao fracasso (se é que já não chegou a ele), voltou a fazer a apologia das mágicas do mercado e propõe a redução do Estado a uma dimensão mínima. Parece uma gritaria impotente perante o fato de que a alteração do papel do Estado na economia (com a ascensão do Capitalismo Monopolista do Estado) é um impulso objetivo do desenvolvimento econômico, que a esta altura dificilmente poderá ser freado, como sugere a evolução da participação governamental no PNB ou no PIB de alguns países selecionados pelo Banco Mundial (relatório de 1988):

Ano	França	RFA	Japão	Suécia	R.Unido	EUA
1880	15%	10%	11%	6%	10%	8%
1929	19%	31%	19%	8%	24%	10%
1960	35%	32%	18%	31%	32%	28%
1985	52%	47%	33%	65%	48%	37%

Os limites da solução keynesiana revelam-se no fato de que ele pressupõe e procura uma saída nos marcos da produção capitalista, o que não é viável, tendo por instrumento a administração da chamada demanda agregada, o que não é suficiente.

Bem antes da "Teoria geral" de Keynes vir à tona, Marx já havia descoberto que o emprego no capitalismo não é uma função direta da demanda econômica em geral (demanda agregada) nem dos investimentos em particular, embora esteja associado

a esses fatores. O motivo é bem simples: a procura de mão-de-obra é determinada pelas inversões no que ele classificou de capital variável, uma proporção dos investimentos globais, que sofre alterações regulares e até verdadeiras revoluções decorrentes do crescimento da produtividade do trabalho, impulsionado pela automação.

Apesar do aumento da produção, o desemprego cresce em todo o mundo

A razão entre investimento e emprego é decrescente na história, em função da alta da composição orgânica do capital (pela qual uma proporção cada vez maior do excedente, ou da poupança destinada a investimentos produtivos, é empregada na compra de meios de produção, em detrimento da absorção de força de trabalho). Esta é também a causa da tendência ao declínio das taxas de lucros e do crescimento, que, ao se afirmar, conduz ao declínio do crescimento econômico e da oferta de emprego.

"Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global", nota Marx no "O Capital" (volume 1). "Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza". Assim, "o mecanismo de produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho".

Como este processo é dinâmico e tem caráter cumulativo era de se supor que o problema do desemprego não poderia ser solucionado por meio do crescimento artificial da demanda, patrocinado pelo consumo e investimento do Estado.

Uma vez que a demanda de trabalho "não é idêntica ao crescimento de capital", é possível inclusive a hipótese de uma taxa positiva dos investimentos e do crescimento sem alteração do nível de emprego ou mesmo com a diminuição deste. Evidentemente tal situação pressupõe um alto grau de desenvolvimento da produtividade (e da tecnologia), mas, abstraindo outros fatores que estão na origem do desemprego europeu (e aí conta, por exemplo, a preferência dos monopólios por investimentos em outros países onde a mão-de-obra é relativamente mais barata), talvez isto explique a constatação feita pelos técnicos da ONU no seu último Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano. Ele aponta a "necessidade central" de criar novos empregos e assegura que, entre 1960 e 1987, França, Alemanha e Grã-Bretanha mais do que dobraram suas economias, enquanto os respectivos níveis de ocupação caíram.

Um montante determinado de investimentos só será suficiente para manter o nível de emprego na medida em que a demanda por mão-de-obra por ele gerada reponha as vagas eliminadas do mercado pela introdução de novas tecnologias no processo do trabalho (ou pelo aumento de produtividade, que também pode ocorrer por outros fatores, como a intensificação da jornada). Neste caso, seu efeito seria nulo. Só no caso de absorver uma quantidade maior de força de trabalho do que a que foi suprimida pelo avanço da produtividade, o investimento terá uma influência positiva sobre o nível de emprego.

Automação reduz o tempo médio necessário à produção de mercadorias

A evolução da produtividade (e, em particular, a automação) reduz gradativamente o tempo médio socialmente necessário para a produção de mercadorias, e também altera a proporção entre o capital empregado na aquisição de meios de procução e em mão-de-obra (capital constante versus capital variável). Este processo tem um caráter cumulativo e significa que a taxa de emprego é cada vez menos sensível aos investimentos.

Chegaria o momento em que a administração da demanda (e dos investimentos)

não seria suficiente para garantir o pleno emprego. Despontaria uma variável mais relevante: a jornada de trabalho, como Marx já havia previsto e apontado.

Hoje com certeza já atingimos um patamar de desenvolvimento econômico (e da produtividade do trabalho, especialmente nos países mais avançados) em que o nível de ocupação só poderá ser regulado mediante a redução da jornada de trabalho. Não é à toa que a diretora da ONU Elle Johnson Sirleaf, ao comentar o relatório referido acima, sugere a introdução sistemática de semanas mais curtas de trabalho como meio de reduzir o desemprego (citada numa reportagem da "Gazeta Mercantil", de 26/05).

Redução da jornada de trabalho se impõe como uma solução objetiva

Muito mais que uma exigência do movimento sindical, a redução da jornada de trabalho se impõe como uma solução objetiva e racional para o desemprego em massa, estando associada ainda à demanda de progresso das forças produtivas, cada vez maior no tempo da informática — é um meio, talvez o mais significativo e eficaz, de elevar o padrão e a qualidade da força de trabalho, viabilizar maiores investimentos em pesquisas ligadas ao desenvolvimento e democratizar o conhecimento, alavancando a evolução da ciência.

A redução da jornada de trabalho tem sido arrancada pelo proletariado ao longo de sua luta já secular contra o capital. Contudo, em tempos de crise como o atual, as coisas não são tão simples. As reclamações mais usuais dos ideólogos burgueses dirigem-se precisamente contra os privilégios acumulados pelos trabalhadores neste sentido, principalmente na Europa. "O operariado alemão", vocifera o burguês, "anda muito mimado, trabalha muito pouco", etc.

Aqui chegamos numa encruzilhada. Este é o ponto em que a notável exigência de progresso do espírito humano colide mortalmente com os interesses que conformam as relações de produção capitalistas. Aqui nos deparamos igualmente com os intransponíveis limites da economia política burguesa. Para compreendê-los é preciso pôr de lado por um momento as leis da economia e procurar auxílio na filosofia.

Sabe-se que ninguém gosta de admitir uma verdade que contraria seus interesses, muito menos encarar a própria desgraça. É humano! Já o Édipo Rei, de Sófocles, depois de insistir em conhecer as causas do mal que flagelava seu reino, furou os próprios olhos com a esperança de não mais fitar a tragédia a que os deuses gregos lhe tinham condenado. Nosso economista burguês comporta-se de forma análoga, com a diferença de que prefere arrancar os olhos antes, evitando prudentemente a curiosidade, para não ter de se dar ao trabalho de contemplar mais a fundo o dilema do desemprego.

Também neste caso revela-se a grandeza do pensamento marxista, cuja teoria do conhecimento sustenta que a sabedoria humana é sempre relativa e limitada em geral pelo nível científico acumulado até uma determinada época. Quando o pensamento tem por objeto certas questões sociais, como a economia por exemplo, as restrições são maiores. Os interesses de classes constituem quase sempre um obstáculo intransponível ao pensamento; o pecado original da economia política burguesa reside nesta sua subordinação aos humores do capital.

Os interesses de classe cegam os economistas mais brilhantes da burguesia

Marx havia abordado este tema já na sua obra "Ideologia alemã". Mais tarde, recheou seu "O Capital" com pedagógicos exemplos de como os interesses intervinham no pensamento e cegavam os economistas burgueses (mesmo os mais brilhantes), fazendo-os tomar a realidade pelas aparências, muitas vezes invertendo o significado dos fenômenos observados e ignorando o que devia parecer óbvio.

Em outras palavras, para enxergar mais a fundo um problema como o desemprego é preciso ter o espírito calejado pelo ódio à ordem capitalista ou no mínimo ter manter uma posição de indiferença e distanciamento crítico em relação aos interesses de classe em jogo.

Apesar da sua crise atual, o marxismo mostra sua força na negação do capitalismo

A grandeza das idéias de Marx sobre a economia capitalista (em que a teoria do emprego ocupa lugar de destaque) não deve servir para ocultar o fato de que o pensamento marxista atravessa um momento de crise, vivendo ainda a ressaca de um razoável período de estagnação, que abrange também a economia política e, nela, a questão do desemprego.

Reflexo desta crise foi inclusive a forma com que a questão do emprego foi abordada, não mais no terreno da teoria mas no da prática, concretamente nos países onde a experiência socialista foi vivenciada. Na ex-União Soviética o pleno emprego revelou-se uma fragilidade, fazendo um triste contraste com o intolerável grau de ociosidade e indiferença dos trabalhadores nas fábricas. Isto tinha a ver com as circuntancias concretas desfavoráveis e também com os erros teóricos no tratamento das questões relacionadas ao emprego.

É certo que o atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas fez com que a questão não se colocasse na prática da maneira que Marx tinha pensado, ao imaginar preferencialmente a revolução nos países de capitalismo mais avançado. Ao mesmo tempo, é inegável que os problemas do emprego e do trabalho no socialismo estiveram e estão vinculados à carência de uma democratização efetiva da administração e da vida política, de forma a propiciar uma participação maior dos trabalhadores na determinação da vida social e, por este meio, uma gradual superação da alienação do trabalho.

São problemas a resolver. De qualquer forma, o desemprego (nos níveis em que se manifesta hoje nos países capitalistas) é uma ilustração muito viva da crescente incompatibilidade entre as relações de produção burguesas e o progresso das forças produtivas. Uma contradição (ou irracionalidade, como preferem alguns) que se torna cada vez mais visível e grave, enquanto a história avança e condena o capitalismo inelutavelmente à derrocada. Com a ofensiva da direita em todos os campos no mundo (político, econômico e ideológico) e o movimento operário forçado à defensiva, parece que a humanidade caminha em direção contrária a esta finalidade. Mas podemos apostar que esta situação é provisória. Há indícios que a história tem pressa. A qualquer momento os ventos começarão a mudar de rumo.

* Jornalista. Assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo

Michele Mifano

Burguesia se finge de cega para não admitir a dura realidade do trabalho

As novas técnicas de organização do trabalho e o papel dos sindicatos

Oswaldo Bertolino *

As profundas mudanças no chamado "mundo do trabalho" têm gerado grande perplexidade e polêmica entre os trabalhadores. No artigo a seguir, o autor procura apenas introduzir a questão, abordando um de seus aspectos: as novas técnicas de gerenciamento capitalista. O texto serve como mais uma importante contribuição para este rico e indispensável debate.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o mundo do capital iniciou uma mudança na utilização dos recursos físicos, emocionais e intelectuais da força de trabalho. Essa mudança, que tinha por objetivo forçar o trabalhador a liberar a sua capacidade criativa e seus conhecimentos acumulados como agente direto do processo produtivo, foi batizada de "transição para a racionalização da produção".

A sua deflagração se deu em decorrência do progresso técnico/científico em sua fase de expansão da computadorização e da automação (conhecida como era pós-indústrial), levando o velho método taylorista/fordista de organização do trabalho, até então enraizado no domínio de classe exercido pelos donos do capital, a entrar em crise e ser abandonado por seu obsoletismo.

A "humanização do trabalho", como tal processo passou a ser chamado pelos estudiosos do assunto, visava criar novos atrativos no processo de produção. Era importante que o trabalho fosse incrementado com um conteúdo mais criativo e diversificado, distribuindo mais responsabilidades aos trabalhadores e estimulando o próprio caráter do trabalho.

Assim, era recomendado que se melhorassem as condições físicas do trabalho, o planejamento dos processos de produção, a

remuneração do trabalho, a formação profissional e que se usasse mais democracia na gestão da produção. Em outras palavras, que se criasse mecanismos que possibilitassem o aproveitamento mais eficaz do potencial criativo do trabalhor.

As inovações no trabalho tentam socorrer o sistema capitalista em grave crise

O processo passou a ser amplamente debatido. No Brasil, pelo que se tem notícia, ele ainda não foi suficientemente estudado. Nos países imperialistas, a sua essência já foi demasiadamente debatida e várias conclusões foram esboçadas. Esmiuçou-se a sua influência sobre o processo econômico e social, os resultados que ele propicia aos trabalhadores e o seu valor como método moderno na organização do trabalho.

Algumas conclusões, fruto desses estudos, apontaram que o desenvolvimento pós-industrial da sociedade capitalista transitava para um sistema mais democrático e "humano". Segundo essas conclusões, num futuro próximo a luta de classes se extinguirá e as organizações classistas dos trabalhadores, principalmente os sindicatos, ficarão esvaziados de função.

Essas conclusões tinham como objetivo claro desorientar os trabalhadores, camuflar o inimigo de classe, atribuir aos trabalhadores as mesmas responsabilidades dos patrões no processo produtivo, ocultar os verdadeiros objetivos da produção capitalista e amenisar as contradições sociais. Assim, os sindicatos ficarão "sem inimigos" e serão obrigados a repensar o seu papel.

O desenvolvimento pós-industrial é o que se chama de "revolução técnico/científica", iniciada no começo dos anos 70. Tal revolução vem exigindo o aperfeiçoamento dos meios organizativos e uma nova visão da produção, em consonância com as novas condições da conjuntura mundial e da luta concorrencial. A organização do trabalho baseada no "severo taylorismo", que preconiza a gestão burocrática excessivamente centralizada, já não possui mais utilidade.

A revolução técnico-científica, a bem da verdade, vem tentar socorrer o mundo capitalista, mergulhado numa crise sem precedentes em sua história. O aumento da balbúrdia instalada no mundo com a queda contínua e prolongada do produto interno nos países imperialistas, tem obrigado a grande burguesia a adotar o progresso técnico numa velocidade acelerada e incentivado a ligação entre o trabalhador e o trabalho.

O trabalhador é atraído para participar da redução dos custos da produção, do aproveitamento mais racional dos equipamentos e do aumento da produtividade. Nessa corrida, a bem dizer meio maluca, os japoneses ocupam a dianteira. Vale a pena nos determos no estudo do sistema de alta qualidade japonês, hoje cantado em verso e prosa no mundo inteiro, pela sua praticidade e eficiência.

Como funciona o modelo japonês do "controle de qualidade total — TQC"

O Controle de Qualidade Total (Total Quality Control — TQC) é um sistema administrativo aperfeiçoado no Japão, partindo de idéias americanas — iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial. O TQC japonês tem como filosofia a participação de todos os empregados da empresa — da alta gerência até o mais simples operacional — no estudo e condução do processo produtivo. A metodologia japonesa aproveita muito do taylorismo — o "aspecto científico" dessa forma de organização do trabalho e os conceitos de "comportamento humano" lancados pelo sociólogo norte-americano Maslow.

Segundo Maslow, o nível médio de satisfação dos trabalhadores numa empresa deve ser medido constantemente, utilizando para isso o índice de turn-over (dispensa e contratação de trabalhadores, no Brasil altíssimo, algo em torno de 10% ao ano), absenteísmo, número de reclamações tra-

balhistas etc. Segundo a teoria desse sociólogo, o homem tem uma natureza boa e sente satisfação por um bom trabalho realizado. De acordo com o pensamento de Maslow, quando ocorre um problema "não existe um culpado". Existem "causas que ocasionam problemas". Sua essência, portanto, aparentemente se orienta mais para o coletivo e não para o individual, como preconiza o taylorismo.

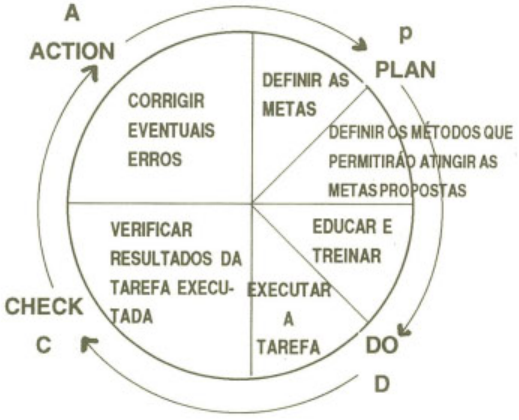
Existem várias ferramentas que são utilizadas pelo TQC japonês (existem outros programas de controle de qualidade, diferentes na forma mais iguais no conteúdo). Dentre elas, as mais conhecidas são: as ilhas de produção, o just-in-time, o kanban e o CCQ. A definição básica do TQC japonês é retratada nessa tabelinha:

Big — Q

(Grande Qualidade)

- **Q**= qualidade intrinseca do produto ou serviço
- **C/P**= gerenciamento de custos e preços
- **E**= prazos rigorosos de entrega do produto ou serviço
- **M**= moral elevada da equipe de trabalho
- **S**= segurança da boa qualidade do produto ou serviço e segurança no ambiente de trabalho.

Este artigo não comporta uma explicação detalhada de todas as ferramentas e especificações técnicas utilizadas pelo TQC japonês. Mas a tabelinha acima é bastante simples e bem explicativa. Além desta tabelinha, outro instrumento que pode dar uma boa definição de como se procede o controle dos processos de trabalho com essa técnica é o Ciclo de PDCA. O PDCA é uma rodela, mais ou menos assim:



* O **PLAN** planeja como fazer.

* O **DO** cuida do treinamento e da execução da tarefa, conforme planejado.

* O **CHECK** verifica os resultados da tarefa executada e apura a quantidade de erros cometidos.

* O **ACTION** corrige os erros cometidos.

O PDCA é utilizado para todas as atividades em uma empresa que adota o TQC japonês. Portanto, todas as pessoas da empresa têm de saber usar o PDCA. Provavelmente ele é a principal ferramenta de trabalho nos CCQs.

Estudos da UFMG indicam a alta rentabilidade do "aporte de conhecimento"

Patrocinado pelo governo brasileiro e pelo Banco Mundial, o professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Vicente Falconi Campos, vem pesquisando o TQC japonês desde 1984, trabalhando para a Fundação Christiano Ottoni, da UFMG. O professor Falconi utiliza alguns conceitos sobre o TQC japonês muito importantes para entendê-lo na sua essência.

Para o professor, as "organizações humanas" são constituídas de três elementos básicos: equipamentos e materiais (Hardware); processos e procedimentos, o como fazer (Software); e o ser humano (Humanware). É bom ir se acostumando com a linguagem da informática, outro advento que vai tomando conta das relações de trabalho.

Com a globalização da economia e a guerra comercial em crescente grau de acirramento, as empresas vem fazendo grandes investimentos para melhorar o Hardware (equipamentos e materiais). Na linguagem comercial, esses investimentos são conhecidos como "aporte de capitais". Para melhorar o Software (o como fazer) é grande o investimento em educação e treinamento. Esse investimento é conhecido como "aporte de conhecimento".

Observa-se que para o desenvolvimento do Software é necessário desenvolver o

Humanware. Segundo o professor Falconi, o conhecimento pode ser levado às empresas pelo recrutamento de pessoas bem educadas, tendo como referência o valor da educação básica fornecida pela sociedade ao indivíduo; pela contínua educação dos empregados em cursos formais; pelo auto-aprendizado; pelo treinamento no trabalho; pela assistência técnica adquirida em outras empresas; pelo contato com consultores, etc.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Christiano Ottoni indica que o "aporte de capital" tem retorno "baixo, inseguro e variável", em média de 10% a 20% ao ano, em condições de desenvolvimento econômico estável. O "aporte de conhecimento" tem retorno elevadíssimo — algo em torno de 30.000% ao ano.

O professor Falconi lembra que esses resultados deveriam servir de alerta para "a decantada estabilidade no emprego.Ela não deveria ser meta dos sindicatos, mas sim dos empresários. É necessário criar condições que evitem a saída das pessoas das empresas, ainda mais que um programa de aporte de conhecimentos, para que seja realmente absorvido pela empresa, quando bem conduzido, leva algo em torno de 5 anos." O professor recomenda que as empresas paguem bem seus empregados, respeitando-os como seres humanos, dando -lhes oportunidade de crescer como pessoa e no seu trabalho, vivendo "uma vida feliz".

Avanço tecnológico gera situação contraditória entre os trabalhadores

A chamada revolução técnico/científica revirou os métodos de acumulação capitalista, que são baseados na extração da mais-valia, e definiu um novo caráter do trabalho, apresentando novas exigências à sua organização. Como vimos, o velho taylorismo já não possui utilidade, por ignorar os recursos intelectuais, sociais e psicológicos dos trabalhadores. As novas tecnologias de produção obrigaram a se buscar uma grande eficácia do conjunto "homem-sistema de máquinas".

O moderno trabalhador é obrigado a ter novos conhecimentos profissionais, novas qualidades morais e psicológicas, mais espírito de observação, mais responsabilidades (ele opera equipamentos caríssimos), maior capacidade de decidir com autonomia, etc. Obrigou, igualmente, a se desenvolver novas técnicas organizativas, aplicando práticas de decisões autônomas nos níveis inferiores da hierarquia das empresas, como premissa para a descentralização da direção em todos os níveis. Essas técnicas delegam competência aos operários dentro das empresas e acabam com a mesquinha vigilância no trabalho.

A revolução técnico/científica também fez aumentar as exigências de desenvolvimento da classe operária, como elemento fundamental das forças produtivas. Karl Marx definia as forças produtivas como sendo os meios de produção, os elementos materiais e a força de trabalho. Os trabalhadores são o mais importante elemento na evolução das forças produtivas. Na medida em que os demais componentes das forças produtivas evoluem, a força de trabalho também se desenvolve.

Assim, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção, baseada na apropriação privada do resultado do trabalho, preparando caminho para um regime político-social mais avançado e que dê livre curso ao seu desenvolvimento. Essas mudanças, portanto, carecem de uma apreciação dialética. É preciso analisar o seu conteúdo histórico progressista e ao mesmo tempo a sua aplicação na exploração exercida pelo capital. Trata-se de um debate ideológico, que precisa ser desenvolvido para a elaboração de uma nova estratégia sindical, de acesa polêmica.

Em muitos casos a técnica avancada substituiu o trabalho pesado, sujo, embrutecedor e desprovido de conteúdo. Por outro lado, ainda existe no Japão uma grande quantidade de mão de obra não qualificada — boa parte constituída de imigrantes — utilizada como força de trabalho barata, em áreas tecnologicamente atrasadas, normalmente trabalhando em firmas prestadoras de serviços através da terceirização.

Outro aspecto da automação é que ela traz consigo novos tipos de escravização. Dentre eles o alongamento da jornada e o aumento do ritmo de trabalho, a conservação em sua fase atual de alguns trabalhos desprovidos de conteúdo, tais como o acompanhamento atento dos aparelhos, a atividade dos operadores de botões e alavancas, os que preparam informações para os computadores ou corrigem os erros dessas modernas parafernálias, etc.

A par do aumento e da estabilização dos empregos em alguns setores, essas novas técnicas, ao introduzir novas tecnologias que economizam mão-de-obra, dão origem a um número assustador de desempregados — o chamado desemprego estrutural, mesmo em períodos estáveis do desenvolvimento econômico. Assim, de um lado a revolução técnico/científica reduz a alienação do trabalho — que perde um pouco a sua característica odiada, forcada e alheia ao operário — enriquecendo-o e dotando-o de maior conteúdo criativo. De outro lado, condena um grande número de trabalhadores desqualificados ou desempregados a uma condição social desumana.

Experiência da Eletrometal mostra as vantagens do TQC na indústria brasileira

A Folha de S. Paulo de 7 de março de 93 publicou um extenso depoimento de José Diniz de Souza, presidente da Eletrometal — siderúrgica privada que produz aços especiais —, que adotou o TQC japonês. Os dados e o ponto de vista de classe que ele relata impedem que se faça pouco caso das tentativas de implantação dessa técnica administrativa nas empresas brasileiras. Em 1993 a previsão é que a Eletrometal fature 100 milhões de dólares por mês, o mesmo valor faturado antes da brutal recessão imposta pelo neoliberalismo de Collor.

Essa situação remediada da Eletrometal é atribuída por Diniz ao TQC japonês. Segundo ele, com o início do processo recessivo em 1982, sua previsão era de que, naquele ritmo de produção, a empresa não aguentaria por muito tempo. A partir de 86, a empresa começou a estudar o TQC japonês. A Eletrometal "resolveu investir 24 horas por dia em treinamentos para levar ao chão da empresa o poder de decidir e resolver problemas." O presidente da Eletrometal disse que escolheu pessoalmente os 20 operários para formar o primeiro CCQ da empresa e deu 6 meses de estabilidade para eles. Os próximos membros dos CCQs serão eleitos pelos próprios trabalhadores, segundo Diniz.

Ele afirmou, ainda, que através do CCQ se divulga para o "chão da empresa" os resultados e os problemas da fábrica, fazendo com que os trabalhadores possuam tantas informações quanto os gerentes. "Eu diria que a força de trabalho aqui está mais motivada, por exemplo, do que a gerência (...) Os gerentes passam a trabalhar com as sugestões de quem está lá fazendo o negócio para atingir a maneira mais fácil, com menos esforços físicos, com menos riscos de acidente e elevando o trabalho a um resultado melhor. As sugestões deles são valiosíssimas", conclui o entusiasmado presidente da Eletrometal.

Desafios do sindicalismo diante das alterações no chamado mundo do trabalho

Nos países ricos, onde esse fenômeno existe desde o início dos anos 70, o movimento sindical possui uma larga experiência que pode servir de base para uma visão mais concreta das atitudes a serem adotadas diante desse novo quadro. A maioria dos sindicatos daqueles países, num primeiro momento, optou por se abster do processo. Apenas alguns sindicatos participaram, assim mesmo com uma posição de expectativa, sem dar muita importância em definir qual era o seu papel diante da "racionalização da produção".

Tal posição se devia às hospitalidades para com as iniciativas do patronato ou pelo apego às tradicionais lutas somente por objetivos sócio-econômicos. Não se compreendia devidamente os problemas

novos decorrentes da moderna produção capitalista e as aspirações dos trabalhadores, provenientes das mudanças ocorridas. O pouco caso com essas novas aspirações dos trabalhadores acabou por transferir ao patronato e ao Estado a tarefa de se propor soluções para tais aspirações.

Os sindicatos passaram a adotar a prática de somente "desmascarar" a "humanização do trabalho", em lugar de aproveitar o ambiente de discussão para chamar para si essa iniciativa. Suas posições de não interferir no processo deixaram o patronato de mãos livres para atuar nas questões de conteúdo da organização do trabalho e passaram ao capital o direito de utilizá-las para os seus próprios fins políticos e ideológicos.

Uma correta visão dialética-histórica desse processo pode introduzir novos elementos favoráveis na luta de classes. Pode-se dizer, nesta altura do campeonato, que o processo de implantação dessa novas técnicas é irreversível. Pesquisas indicam que os trabalhadores aprovam as experiências das novas técnicas e se recusam a voltar ao sistema antigo. Impõe-se, portanto, descobrir e apontar nova estratégia e nova tática para a luta sindical.

Aos sindicatos a realidade exige, para já, que avancem com uma proposta sua, alternativa, bem elaborada e de luta contra as heranças do taylorismo, na busca da sua plena erradicação. Por outro lado, tem de se ter em conta que as novas técnicas possuem uma grande propensão para os grupos autônomos, que vão se formando dentro da empresa, serem levados para o isolamento e a disputa entre si, dificultando a ação do sindicato.

O trabalho ideológico precisa ser reforçado, principalmente porque os novos problemas que vão surgindo dificilmente podem ser traduzidos em simples palavras de ordem de sentido claro. Mais do que nunca a realidade exige um profundo estudo das questões políticas e sociais.

O que fica claro é a necessidade de se ultrapassar o limite na luta de classes que o patronato tenta impor nas relações trabalhistas, com essas novas técnicas. É preciso responder devidamente ao sistema de real domínio do capital, questionar os princípios dos lucros e da desigualdade social, questionar o modo do capital entender a racionalização e a disciplina do trabalho, defender a solidariedade entre os trabalhadores e fazer o possível para que a remodelação da organização do trabalho seja vasta e irreversível. É provável que se esteja formando uma correlação de forças diferente entre capital e trabalho, com uma força de trabalho mais especializada e o desemprego estrutural.

A nova estratégia dos sindicatos exige que seja arrancada das mãos do capital — com firmeza e de modo irreversível — a iniciativa da humanização do trabalho. Nesse sentido, um primeiro ponto é a correta compreensão política desse fenômeno para que se possa exercer domínio e tentar controlar as condições da moderna organização do trabalho.

Nas pautas de reivindicações, por exemplo, devem constar questões novas, não tradicionais e relativas a pontos que não figuram nos programas de "participação" elaborados pelo patronato. Deve-se reivindicar a participação do sindicato nos órgãos bilaterais de gestão do processo produtivo (como os CCQs), valorização à qualificação profissional na forma de uma melhor remuneração, uma firme e potente luta contra o taylorismo, etc.

Diante do novo quadro que se vai configurando, os trabalhadores precisam ter bastante claro que os donos do capital incentivam a sua participação nas iniciativas a nível local para aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, se opõem tenazmente a que a classe operária tenha acesso aos níveis superiores da gestão do país e a que ela se torne o **sujeito** principal da produção.

Para ultrapassar os limites dos esquemas de "participação" elaborados pelo patronato, é necessário não abandonar as metas pelas quais os trabalhadores se batem historicamente, que são a de atingir uma sociedade de tipo superior, onde os trabalhadores sejam o **sujeito** principal da produção, com novas relações políticas e sociais que possibilitem jogar no monturo da história todas as formas de exploração do homem pelo homem. Essa sociedade é a sociedade socialista.

* Diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Jesus Carlos

A miséria se alastra pelo continente, vitimado pelo desemprego e a fome

Dilemas do sindicalismo latino-americano diante da ofensiva neoliberal

Altamiro Borges *

O desastre causado pelo neoliberalismo na América Latina já é algo conhecido. Mesmo assim, os relatos de sindicalistas do continente impressionam — e muito. Durante recente viagem a Cuba, entrevistamos dirigentes sindicais de outros seis países latino-americanos. Seus depoimentos mostram que os efeitos do projeto neoliberal são mais perversos do que se imagina e que a barbárie está se alastrando rapidamente pelo nosso continente.

Do contato direto com os sindicalistas latino-americanos, duas conclusões são imediatas. A primeira é que o modelo econômico neoliberal aplicado no continente é essencialmente o mesmo em todos os países. Ele tem três eixos fundamentais — alardeados pelos capitalistas como símbolos da modernidade: "Estado mínimo, liberdade de mercado e fim do protecionismo". Com base nestes pontos, desenvolve uma verdadeira política de terra arrasada.

A outra conclusão é que os reflexos deste projeto nos movimentos sociais são similares. No caso do movimento sindical, ele encontra dificuldades objetivas para enfrentar globalmente o neoliberalismo. No geral, o sindicalismo está na defensiva —

meio perplexo e apático. Além disso, há o entrave causado pelas correntes reformistas, que pregam a conciliação de classes, priorizando a luta institucional e os fóruns tripartites.

Nesta edição, publicamos as opiniões dos companheiros da Venezuela, Bolívia e Argentina. Na próxima, apresentaremos os relatos dos sindicalistas do México, Honduras e Costa Rica. As lideranças sindicais ouvidas defendem as mais variadas concepções políticas — o que só enriquece o quadro apresentado.

Implementação do projeto néoliberal gera grande instabilidade na Venezuela

Entre os países latino-americanos, o que apresenta a situação mais instável na atualidade é a Venezuela. No mês passado, o presidente Carlos Andrés Peres foi afastado do cargo, acusado de corrupção, num processo idêntido ao do *impeachment* de Collor no Brasil. Já no ano anterior, ocorreram duas tentativas de golpe militar — em fevereiro e novembro.

Para Juan Ramon Piedra, 42 anos, dirigente do Sindicato dos Têxteis de Miranda e membro do comitê executivo da Central Unitária dos Trabalhadores da Venezuela (CUTV), toda esta turbulência política é resultado da implementação do projeto neoliberal no país. Ele concedeu a entrevista antes do recente afastamento do presidente venezuelano. Na oportunidade, ele já antecipou:

"O governo do social-democrata Carlos Andrés Peres está totalmente desgastado. Ele não deve se sustentar por muito tempo. As pesquisas apontam quase 90% de rejeição. Todos os dias ocorrem manifestações exigindo sua saída da presidência. Setores militares tentam se aproveitar do descontentamento popular, apresentando programas confusos, com bandeiras nacionalistas e medidas políticas autoritárias. Não se descartam novas tentativas golpistas".

Apesar da instabilidade política, o governo não recuou um milímetro na sua orientação econômica. Segundo o sindicalista, após a tentativa de golpe de fevereiro de 92, Andrés Peres dobrou o preço da gasolina e ainda aumentou as tarifas públicas, como da água e da eletricidade. Atualmente, não há nenhum controle sobre os preços dos produtos básicos. Já os salários estão congelados.

Com o neoliberalismo, os trabalhadores também têm perdido antigos direitos — como a estabilidade no emprego. Ocorrem demissões em massa e há uma drástica redução do número de vagas nas empresas. "O que mais se observa no momento é o aumento do mercado informal e do trabalho doméstico — sem qualquer garantia trabalhista. Esse quadro é agravado com a abertura para as importações. O parque industrial venezuelano está sendo destruído", afirma Piedra.

Segundo estimativas do próprio governo, o desemprego já atinge 11% da População Economicamente Ativa — cerca de 7 milhões de trabalhadores. É o índice mais alto da história do país. O Estado também reduziu os investimentos nas áreas sociais — como saúde, educação e moradia. "Não há medicamentos a preço baixo nas farmácias e os trabalhadores não têm as mínimas condições de moradia, o que resulta no aumento de bairros de cartão (as favelas). Também tem crescido o número de crianças abandonadas nas ruas".

Estatais rentáveis estão na mira da "política de ajustes" dos governantes

Para conter o descontentamento popular, o governo se enrijeceu politicamente. Após a primeira tentativa golpista, nomeou para o Ministério do Interior, órgão responsável pela segurança pública, o sr. Peñarol Oroaz, que passou a perseguir todos os setores progressistas da sociedade. "Para ele, tudo é subversão. Vários dirigentes políticos e sindicais de oposição foram presos".

O governo também propôs uma reforma constitucional, com o objetivo de restringir a liberdade de organização partidária (artigo 64). No caso do sindicalismo, há toda

uma legislação que dificulta a organização nos locais de trabalho. Ela cria barreiras à sindicalização e à atuação sindical nas bases. A contribuição financeira diminuiu pela metade no ano passado.

Na Venezuela, o projeto neoliberal está disfarçado com o nome de "política de ajustes". Um de seus principais alvos são as empresas estatais, que estão sendo entregues ao capital estrangeiro. "A companhia telefônica já foi privatizada. Os serviços pioraram e as tarifas aumentaram. O setor de saneamento está sendo invadido pela iniciativa privada. Antes os serviços de água e esgoto eram gratuitos e hoje se cobram altas taxas", relata o dirigente da CUTV.

Atualmente o governo estuda a possibilidade de pôr fim ao monopólio estatal do petróleo — a principal fonte de divisas do país. Para isso, investe contra o artigo quinto da Constituição, que proíbe a participação de firmas estrangeiras neste setor estratégico. Todo o processo de privatização tem sido altamente vantajoso para as multinacionais. O comprador tem prazo dilatado para pagar e os preços são inferiores ao patrimônio das estatais.

Todo este processo tem sido executado pela Ação Democrática, o partido governista, filiado à Internacional Socialista. Andres Peres é da direção deste organismo mundial da social-democracia. Durante a campanha eleitoral, fez inúmeras promessas. Disse que reproduziria na Venezuela o chamado "estado de bem estar social" da Europa. "Mas foi pura demagogia. Pelo contrário, a social-democracia venezuelana virou adepta do projeto neoliberal", afirma Piedra.

Sindicalismo reformista dificulta unificação das lutas dos trabalhadores

Até agora, entretanto, os trabalhadores não conseguiram dar uma resposta efetiva à "política de ajustes" do governo. No geral, a resistência se dá de maneira dispersa e mesmo espontânea. Isto resulta num certo reboquismo diante de outros agentes sociais — como os militares. Tanto que as duas tentativas de golpe tiveram respaldo popular. Na opinião de Piedra, esta grande debilidade se deve aos efeitos da recessão e também à postura da social-democracia — que ainda possui inserção nos movimentos populares.

A Ação Democrática dirige a mais importante central sindical do país — a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), filiada à Ciosl. Alguns dos seus dirigentes fazem parte do governo e seis são deputados do partido — tendo votado a favor das medidas neoliberais. Para justificar esta conduta, a CTV argumenta que o país atravessa uma grave crise e que é preciso acelerar a produção, tornando-a mais competitiva, para retomar o desenvolvimento.

Seguindo este raciocínio, a central desaconselha as greves. Afirma que "este não é o momento". Sua prioridade é a negociação com o governo, que inclusive criou uma comissão tripartite para discutir a política de preços, salários e tarifas. O atual presidente da CTV, Gaston Veras, que também é deputado governista, recentemente fez declarações públicas contra os protestos de rua e em favor das medidas "modernizantes" de Andres Peres.

Social-democracia perde importantes eleições sindicais e muda imagem

Nos últimos tempos, esta política de conciliação tem gerado desgastes. Em meados do ano passado, o ex-presidente da central, Antonio Rios, foi forçado a renunciar. Além de apoiar o projeto neoliberal, ele foi acusado de corrupção — de tráfico de influência e de má utilização do dinheiro do Banco dos Trabalhadores. Estas denúncias são comuns na Venezuela, já que a CTV maneja muito dinheiro. Em 92, ela recebeu 32 milhões de bolivars do Estado.

A AD também perdeu importantes eleições sindicais — como a dos têxteis, dos metalúrgicos e eletricitários. Piedra encara estes resultados com otimismo: "É a primeira vez que isto ocorre no sindicalismo venezuelano. A social-democracia nunca

perdeu eleições, inclusive porque a estrutura sindical é burocratizada. Isto preocupa a direção da CTV, que procura mudar o discurso e a imagem — sem alterar a política. A renúncia de Rios teve este sentido".

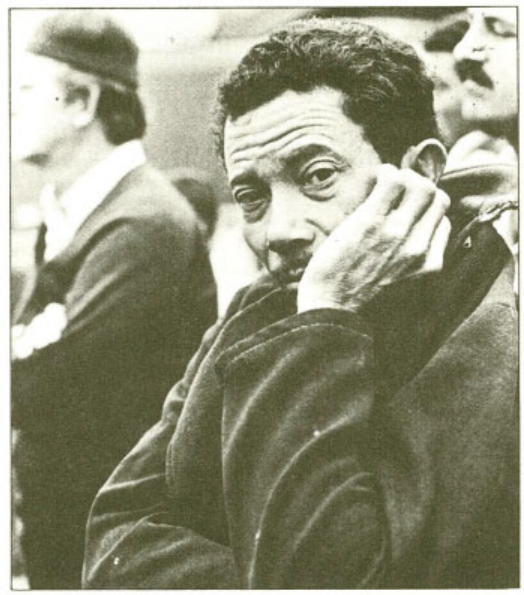
Há ainda no país outras três centrais sindicais. A CUTV, a CGTV (Central Geral dos Trabalhadores da Venezuela) e a Codesa (Central dos Sindicatos Autônomos). As duas últimas são vinculadas ao principal partido conservador de oposição, o Copei (democrata cristão) e estão filiadas à Clat-CMT. Piedra avalia que a CUTV, que reúne as correntes de esquerda, é hoje a segunda força sindical do país.

Segundo ele, o principal esforço de sua central é pela maior unidade dos trabalhadores na luta contra o projeto neoliberal. "Estamos inclusive chamando as bases da CTV. Nem todos os seus dirigentes são corruptos e amarelos. Muitos são contrários às medidas econômicas do governo, principalmente à entrega do país ao capital estrangeiro. São nacionalistas".

Com este objetivo, a CUTV tem estimulado a criação de coordenações unitárias de vários ramos de produção. Isto já se materializou no setor têxtil — com uma intersindical que congrega sete sindicatos de distintas filiações. Estes fóruns convocam as manifestações de rua e trabalham para viabilizar uma greve geral nacional. "Diante do neoliberalismo, o único caminho é o da luta. Qualquer conciliação ou vacilação só piora a miséria dos trabalhadores", conclui.

Ataque às companhias de mineração prejudica o sindicalismo na Bolivia

O sindicalismo boliviano sempre foi um exemplo de força e combatividade no continente. Atualmente, entretanto, atravessa grandes dificuldades. O projeto neoliberal atingiu em cheio o setor de vanguarda da classe operária — os mineiros. Dos 86 mil trabalhadores na mineração empregados nas companhias estatais, cerca de 60 mil foram demitidos nos últimos anos. Apesar deste duro golpe, o movimento sindical



Michele Mifano

unitário do país resiste com grande coragem.

O argumento do governo para justificar tamanha destruição de postos de trabalho foi que, com a queda do preço do estanho no mercado mundial, as companhias se tornaram deficitárias — o que exigia a "diminuição do Estado". Wladimir Terceiros Martinez, 26 anos, dirigente do Sindicato dos Petroleiros de La Paz e secretário de organização da Confederação Operária Boliviana (COB), contesta esta versão. "Na verdade, o governo reduz os investimentos e sucatea as estatais com o único objetivo de pagar a dívida externa".

Na sua opinião, o neoliberalismo começou a ser implantado no país no governo de Vitor Paz Estensoro, eleito em 85. Através do decreto 21.060, iniciou-se o processo de "enxugamento do Estado" — o que resultou em maior estabilidade na economia, com a redução da inflação. Só que isto foi feito às custas de enormes sacrifícios dos trabalhadores. Segundo os próprios dados oficiais, o desemprego atinge hoje 25% da PEA. Esta informação é rejeitada pela COB, que afirma que atualmente apenas 500 mil trabalhadores têm emprego fixo.

Os outros seis milhões de trabalhadores estão desempregados ou atuam no mercado informal e temporário. Hoje é comum no país o contrato de trabalho por apenas 89 dias. Após este prazo, o funcionário é demitido sem qualquer ônus para a empresa. O salário equivale apenas a 32 dólares —

um dos menores do continente. Neste quadro de crise, antigos direitos trabalhistas estão sendo golpeados. Muitas empresas já suprimiram, com amparo legal, os adicionais de insalubridade e periculosidade, o "bônus de antiguidade" e a gratificação de férias.

MIR chega ao governo e aplica exatamente a política da burguesia

Segundo Wladimir, a aplicação deste modelo econômico só se deu graças ao apoio de correntes políticas com inserção no movimento operário. O principal partido de oposição no país, o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), que no passado foi duramente reprimido pelos generais golpistas, hoje faz parte do governo. "Ele está de braços dados com os seus perseguidores e aplica exatamente a política da burguesia", afirma o sindicalista.

Conforme relata, em 89 foi eleito para a presidência da República Jaime Paz Zamora, dirigente do MIR — que está vinculado à social-democracia mundial. Para vencer o pleito, ele se aliou ao general Hugo Banzer, ex-ditador e líder da Ação Democrática Nacional (ADN). Na campanha eleitoral, Zamora prometeu anular a lei 21.060. Depois de empossado, entranto, baixou outro decreto, de número 22.407, "que é uma simples atualização do anterior".

O projeto neoliberal foi mantido e acelerado. As demissões prosseguiram; minas foram fechadas; e o governo enviou ao Congresso Nacional várias propostas de privatização das companhias estatais. "O MIR representou um duro retrocesso, uma desilusão. Enfraqueceu ainda mais a esquerda, que acreditava em mudanças no país", afirma Wladimir. Atualmente o governo só fala em "modernidade" e pretende anular os artigos da Constituição que proíbem a privatização dos setores estratégicos da economia, como o petróleo e a mineração.

O dirigente sindical avalia que Zamora ainda goza de certa credibilidade junto aos trabalhadores, em decorrência do passado de luta do MIR. Além disso, ele utiliza táticas muito hábeis para enfraquecer a oposição. "Ele é maquiavélico. Diz respeitar a COB, mas incentiva o sindicalismo vinculado à Ciosl. Tenta dividir o movimento operário. Apóia as atividades de formação patrocinadas pelo Iadesil (Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), uma entidade controlada pelo governo dos Estados Unidos".

Zamora também adotou medidas para castrar o sindicalismo. Há pouco tempo, foi suspensa a obrigatoriedade das empresas pagarem os salários dos dirigentes sindicais afastados. Muitos tiveram que retornar ao trabalho, o que dificultou a ação nas bases. Há ainda um projeto em tramitação no Congresso que viabiliza o plurisindicalismo, a fragmentação dos sindicatos.

COB resiste à ofensiva neoliberal e expulsa os representantes da Ciosl

Apesar da brutal ofensiva neoliberal e das artimanhas do governo, a COB não abandonou sua trajetória histórica de combatividade. No seu último congresso, em maio de 92, aprovou um plano de lutas para enfrentar o neoliberalismo. Neste evento, foi formado um "tribunal de disciplina" e os sindicalistas vinculados à Ciosl e ao Iadesil foram sumariamente expulsos. "Não tivemos piedade. São corruptos, que vivem às custas do dinheiro da Ciosl e dão declarações públicas de apoio ao projeto neoliberal", afirma Wladimir.

O congresso elegeu o mineiro Oscar Moya para a direção máxima da entidade, que foi fundada em 16 de abril de 52. Segundo o metalúrgico Freddy Peralta Fernandes, 29 anos, membro do comitê executivo da COB, "apesar das nossas dificuldades, temos conseguido barrar o projeto de privatização. Através de lutas constantes, com manifestações de rua, marchas com tochas, paralisações localizadas e greves gerais, impedimos que o governo concretizasse a sua principal meta

econômica. Até agora nenhuma estatal foi privatizada".

Em junho passado, por exemplo, a COB dirigiu uma poderosa greve geral de protesto de 24 horas. Neste esforço de mobilização, a central tem ampliado com outros setores da sociedade na defesa da soberania nacional. "A própria presença de tropas dos EUA no nosso território, com a desculpa do combate ao narcotráfico, tem servido para aumentar o sentimento nacionalista", explica Freddy, que cita vários exemplos de derrota do projeto entreguista do governo.

Wladimir e Freddy avaliam que há condições para um novo ascenso do movimento sindical boliviano. "Diferente de outros países, temos uma central unitária que definiu um programa claro de combate ao neoliberalismo. As propostas conciliadoras, de pacto ou concertação social, foram derrotadas. Muitos sindicalistas do próprio MIR, que atuam na COB, hoje já fazem oposição aberta ao governo de Zamora", conclui Wladimir.

Menen promete paraíso e joga os trabalhadores da Argentina na miséria

Pela propaganda dos meios de comunição, a Argentina parece que encontrou o caminho da felicidade. A grave crise econômica teria sido superada e predominaria a paz social. Ernesto Contreras, 32 anos, dirigente da Associação dos Trabalhadores do Estado (ATE), na província de Neuquén, rechaça esta visão. Para ele, "a Argentina está sendo destruída pelo neoliberalismo e os trabalhadores se encontram na pior situação da sua história".

Conforme explica, a implantação do projeto neoliberal teve inicio no governo Raul Alfonsin, que desencadeou o processo de desmantelamento do Estado. A recessão levou à derrota do seu partido na sucessão presidencial. Durante a campanha eleitoral, Carlos Menen falou em "salariaço" e na chamada revolução produtiva. A maior parte do movimento sindical apostou neste discurso e fez campanha para o candidato do partido peronista.

Quando chegou ao poder, no entanto, Menen simplesmente adotou o programa neoliberal. O desemprego cresceu, antigos direitos trabalhistas foram anulados, pequenas e médias empresas faliram e foi deflagrada a privatização das estatais estratégicas. Para dificultar a resistência dos trabalhadores, o governo baixou um decreto impondo normas restritivas ao direito de greve — desrespeitando a própria Constituição. Hoje o sindicato tem que ter autorização prévia do Ministério do Trabalho para iniciar uma greve.

Segundo o dirigente da ATE, a privatização tem sido a principal bandeira do governo Menen. Os resultados são nefastos. "O monopólio privado que ganha a licitação afirma que há excesso de funcionários e que é preciso enxugar a máquina. As demissões são imediatas. No caso da empresa de Petróleo (IPF), privatizada no ano passado, cerca de metade dos 50 mil funcionários já foi demitida. O mesmo ocorreu nas ferrovias e na empresa de aviação".

Ele cita o caso da sua província, no sul do país, onde o processo de privatização desativou totalmente a economia. "As estatais geravam empregos em outros setores, como no comércio e na construção civil. Com a privatização, os investimentos foram cortados e as cidades viraram cemitérios. As multinacionais só retiram o petróleo, não aplicam em outros setores. Isto ocasiona o aumento da migração para a capital, que está inchada, cheia de favelas, com pessoas dormindo nas ruas e crianças abandonadas".

As empresas estatais são vendidas por valores bem inferiores ao seu patrimônio. No caso do IPF, que era "a vaca leiteira da economia", muito lucrativa, a privatização se deu através de bônus da dívida externa. Não entrou nenhum dinheiro para os cofres públicos. O mesmo ocorreu nas ferrovias, no setor de comunicações e na Aerolíneas Argentina. O único dinheiro novo que tem entrado no país é através do Plano Brady, dos EUA, que é usado para enxugar a máquina do Estado, pagando as indenizações dos demitidos.

Toda a economia está voltada para saldar a dívida externa. Para isso, o governo

aumentou os impostos e cortou os investimentos nas áreas sociais. Pelo Plano Brady, o governo deve triplicar o pagamento dos juros da dívida no próximo período. Em 79, quando ainda era funcionário do Ministério da Economia da ditadura militar, Domingos Cavallo se tornou conhecido ao estatizar a dívida externa — assumindo os débitos das empresas privadas. Agora, ele é o principal responsável pelas privatizações.

Calcula-se que atualmente existam 5 milhões de desempregados no país. Outros 4 milhões atuam no mercado informal, são subempregados. Mais de 5 milhões são aposentados — que estão perdendo a seguridade social. "Não existe qualquer garantia para os aposentados. Os reajustes das pensões ficam sempre abaixo da inflação e eles não contam com assistência médica de qualidade. Estão morrendo na miséria, depois de terem trabalhado tanto pelo país", comenta Ernesto.

Dirigentes da CGT defendem projeto de privatização das estatais estratégicas

A exemplo de outros países do continente, os trabalhadores não têm conseguido dar resposta à ofensiva neoliberal. A recessão atemoriza os que estão na ativa. Já os que se encontram no mercado informal têm muita dificuldade de organização, estão marginalizados. Além disso, o sindicalismo argentino está dominado por correntes governistas. Quando Menen tomou posse e assumiu o neoliberalismo, o movimento peronista rachou. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), filiada à Ciosl, ficou sob a direção dos "menemistas".

Ernesto Contreras é taxativo: "A CGT é amarela. Ela não tem uma política de classes e defende o programa neoliberal. Diego Ibanhas, secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros e membro da direção da CGT, deu apoio aberto à privatização do IPF. Outro dirigente da central, Alberto Pedroza, secretário-geral do Sindicato dos Ferroviários, também aprovou o plano de privatização — apesar da resistência das suas bases".

Segundo explica, a CGT atua de forma pragmática. Só é contra a privatização das Obras Sociais, uma empresa pública que maneja muito dinheiro e é adminstrada pela central — atuando nos setores de saúde e turismo, entre outros. A receita provem da contribuição dos trabalhadores, descontada na folha de pagamento. Há várias denúncias de uso indevido deste dinheiro. O dirigente do Sindicato da Gastronomia, Luiz Barrio Nuevo, recentemente foi acusado de corrupção e se afastou da direção da CGT. Imediatamente, ocupou um cargo no governo.

Diante do agravamento da situação do país, a central advoga posições pacifistas. Fala que o momento é de mudanças e que os trabalhadores devem se adpatar à nova realidade. Devem ser realistas, evitando conflitos e apoiando o programa de modernização do governo. Ela também participa de vários fóruns tripartites, com governo e empresários. Um deles, a Comissão de Reformas do Estado, discute a privatização e a flexibilização das leis trabalhistas.

Um dos ítens em estudo é o fim da estabilidade no emprego no serviço público. Outro é a extinção da lei de seguridade para os acidentados no trabalho. Existe ainda o chamado projeto de polivalência, que permite que o empresário mude a função do trabalhador. "Se aprovado, um operário especializado poderá ser obrigado a trabalhar na faxina do pátio". A comissão tripartite também discute o fim dos convênios de trabalho e do piso salarial por funções.

Descontentes com o rumo adotado pela central, algumas correntes de esquerda e mesmo "peronistas históricos" trabalham pela construção de uma nova intersindical — o Congresso dos Trabalhadores da Argentina (CTA). Ernesto, que se diz peronista histórico, afirma que não é possível alterar a política da CGT. "A burocracia domina totalmente o aparelho da entidade, impedindo o acesso dos movimentos de oposição. A esquerda não tem espaço no seu interior. O atual secretário-geral da CGT, Alberto Lescane, é um menemista convicto".

* Jornalista. Presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Passado e presente da social-democracia no sindicalismo alemão

Augusto Cesar Buonicore *

A trajetória do sindicalismo na Alemanha é muito rica em ensinamentos. Serve para ilustrar como atua a social-democracia, que hegemoniza o movimento operário deste país do "primeiro mundo" há várias décadas. Além do rico apanhado histórico, o autor aponta quais são os objetivos e a prática atuais desta corrente sindical — que tenta estender sua influência no Brasil.

No ano de 1863, sob inspiração direta de Ferdinand Lassale, é criada a Associação dos Trabalhadores Alemães, que em 1868 se transformaria na União Geral Operária, compreendendo 12 sindicatos. Neste mesmo ano o marxista August Bebel convence as associações de educação operária a aceitarem o programa da I Internacional. Nascia assim a União dos Trabalhadores Alemães.

Esta divisão no sindicalismo refletia a cisão política existente no próprio movimento socialista alemão. Ela chegaria ao fim em 1875, no Congresso de Gotha, com a fusão das duas organizações políticas e o surgimento do Partido Social-Democrata Alemão. O reflexo no movimento sindical foi imediato, com a fundação da Comissão dos Sindicatos Livres da Alemanha, representando mais de 25 sindicatos e cerca de 25 mil trabalhadores.

No congresso de unificação foram fixados dois grandes princípios para a ação da nova organização: 1º — "Devem os trabalhadores manter a política fora dos sindicatos; 2º — Obrigação moral por parte dos operários de se filiarem ao Partido Socialista" [1]. Era estabelecido, portanto, uma rígida divisão de trabalho entre partido e sindicato, sendo que o primeiro era o fator propulsionador e dirigente. Bebel chegou mesmo a pregar a subordinação completa (orgânica) dos sindicatos ao partido[2].

Buscando barrar o avanço do movimento operário e socialista na Alemanha é aprovado em 1878 um conjunto de leis contra a social-democracia, que atinge diretamente os jovens sindicatos. Mais de 16 sindicatos são obrigados a se dissolver, muitos se reorganizam sob novos nomes para ludibriar a reação. Depois de um breve recuo, o movimento socialista na clan-

destinidade toma fôlego e consegue isolar o governo Bismarck. Em 1890, as leis anti-socialistas, desmoralizadas, são revogadas. Dois anos depois, no Congresso de Habstadj, já estavam representados 305 mil sindicalizados. Nele é criado a Comissão Geral dos Trabalhadores Alemães — ADGB.[3]

Durante este período, ao lado do sindicalismo social-democrata existiam duas outras correntes minoritárias. Uma criada em 1868 por Hirsch-Duncker, de ideologia liberal que apregoava a colaboração de classes. A outra, fundada em 1894, representava o sindicalismo católico. Ambas tinham pouca influência entre os operários alemães. Em 1913, a Comissão Geral dos Sindicatos Livres contava com 2.573.718 sindicalizados, os sindicatos católicos com 342.785 e os liberais com 106.618.[4]

No processo da I Guerra Mundial, social-democracia se une à burguesia alemã

A direção dos sindicatos alemães e da central sindical majoritária sempre estiveram a direita da direção do partido. Quando eclodiu a primeira grande guerra mundial, a maioria dos dirigentes da social-democracia rompeu com o seu programa socialista e aderiu ao espírito chauvinista. Os líderes sindicais saldaram a decisão e, salvo raras excessões, entraram de corpo e alma no esforço bélico, ajudando a enquadrar a classe operária.

Legien, presidente da ADGB, afirmaria: "Se o termo desta guerra for desfavorável para nós, seremos afetados mais fortemente que os outros, pois criamos na Alemanha uma cultura operária como não é possível encontrar em outro país".[5] Como afirmaria Georges Lefranc: "Os sindicalistas alemães descobrem que têm uma pátria e julgam-na mais avançada que as outras pátrias".[6]

Em meio a guerra, em troca de seu apoio ao esforço do imperialismo alemão, a burguesia autoriza a formação de comissões operárias em todas as empresas com mais de 50 trabalhadores. São formadas as "Comunidades do Trabalho", agrupando empregadores e assalariados, que teriam por função diminuir os conflitos, impedindo a eclosão de greves que pudessem por em risco a vitória da Alemanha.

Lênin seria o primeiro a desvendar as razões para a capitulação da social-democracia européia: "O desenvolvimento relativamente pacífico nas últimas décadas criou condições para a formação de uma camada de operários privilegiados que podiam ter uma existência tranquila, aburguesada, e que recebiam algumas migalhas dos grandes lucros do capital graças a exploração de milhões de trabalhadores do mundo periférico".[7] A derrota da burguesia de seus países era vista por esses senhores como uma derrota de seus próprios interesses, o fim de seus privilégios corporativos.

Passado algum tempo, a guerra foi perdendo o seu glamour. O sentimento chauvinista das massas foi esfriando até transformar-se num anti-militarismo radical. Nas fábricas os operários começavam a se opor ao alistamento militar forçado e a redução salarial. Em junho de 1917, os marinheiros se rebelam e são reprimidos. O partido social-democrata (PSDA) se cala. No início de novembro de 1818 a situação já era insustentável. No dia 18 rebenta uma revolta operária em Berlim. O PSDA, não podendo mais impedir o movimento, adere a ele com o claro objetivo de refreá-lo, mantendo-o nos limites aceitáveis para a burguesia.

O governo desaba feito um castelo de cartas e depois de inúmeras idas e vindas o poder cai nas mãos do PSDA. Ebert é indicado como novo presidente da República Alemã. Os sindicatos "longe de abrirem o campo para a revolução vão jogar todos os seus esforços numa operação de salvamento da economia alemã".[8]

Sindicatos desempenham o papel de força da ordem, refreando a luta operária

"O sindicalismo desempenhou um papel de força da ordem, canalizando e disciplinando o descontentamento, limitando dentro dos objetivos imediatamente realizáveis, trabalhando contra a revolução vio-

lenta"[9]. Ou seja, cumprindo um papel de instrumento de contra-revolução.No meio do processo revolucionário, os líderes sindicais concluem um acordo com as associações patronais e constituem a "Comunidade do Trabalho Nacional".

O texto deste acordo afirmava: "Reconhecendo que a reconstrução da economia alemã exige a reunião de todas as forças econômicas e espirituais, com a colaboração confiante de todos... as organizações de empregadores e assalariados se unem numa grande comunidade de trabalho".[10] A jornada de trabalho é reduzida para oito horas. A burguesia, acossada pela revolução, cede alguns anéis para não perder os dedos.

A Constituição de Weimar garante aos trabalhadores o direito de "intervir no processo de produção" e prevê a criação de conselhos operários nas empresas. Mas ela mantém o poder dos sindicatos para negociar as condições de trabalho e as questões salariais. Ao conselho é dado o direito de ter acesso à informação sobre a empresa, mas lhe é proibida a interferência nos atos de direção.

O movimento sindical conhece um grande crescimento neste período. Em 1918 ele barcava 1.700.000 sindicalizados; em 1921 este número subia para 7.500.000.[11]

A partir de 1922, com o início da crise caracterizada pela hiper-inflação e a miséria crescente, os operários retomam a luta. Em agosto de 1923, o conselho de fábricas de Berlim decreta greve geral. O governo burguês desaba novamente. Forma-se um novo governo com a participação da social-democracia. O ministério das finanças é ocupado por Hilferding, dirigente do PSDA. Ainda em 1923 um levante operário, dirigido pelos comunistas, é esmagado em Hamburgo.

Entre 1924 e 1929, o capitalismo europeu conhece uma certa estabilidade. A social-democracia consegue consolidar a sua hegemonia no movimento sindical. Em 1929, os comunistas criam a Oposição Sindical Revolucionária, que possui cerca de 200 mil aderentes.

Fritz Naphtali, téorico social-democrata, propõe uma "nova democracia". Segundo ele, o capitalismo da livre concorrência estava ultrapassado pelo chamado "capitalismo organizado", mas o seu lado negativo poderia ser neutralizado se os trabalhadores conseguissem repartir o poder dentro da fábrica e no Estado. Será ele que empregará pela primeira vez a palavra de ordem de "Cogestão" dentro do movimento sindical alemão. Sua obra passou a ser o livro de cabeceira da direção da ADGB.

Hilferding iria ainda mais longe ao afirmar numa conferência do PSDA, em 1927, que "o capitalismo organizado quer dizer que o princípio capitalista da livre concorrência foi substituído, graças a uma regulamentação social, pelo princípio socialista de planificação".[12] Mas o sonho de um desenvolvimento permanente e sem crises do capitalismo iria acabar poucos anos depois com a eclosão da grande crise econômica, que se iniciou em 1929.

A economia alemã, extremamente depende dos EUA, é fortemente atingida pela crise. O número de desempregados chegaria em 1932 a mais de 6 milhões de trabalhadores, 1/3 do total de assalariados. Os sindicatos vão perdendo a sua força. Em 1930 caia o governo social-democrata. Era o início do fim.

O novo governo conservador, liderado por Bruning, investe contra os direitos dos trabalhadores. Diminue o seguro desemprego, impõe duros limites aos reajustes salariais. A social-democracia permanece imóvel. A crise de identidade leva-a apoiar Hindenburgo para presidência da República.

Diante da ascensão do nazismo, central sindical mostra a sua fragilidade

Em janeiro de 1933, em meio a uma profunda crise política, Hindenburgo nomeia Hitler chanceler do Reich. A primeira declaração da ADGB mostra toda sua impotência. Declara que nada tem em comum com o partido social-democrata. Em seguida, promete "uma colaboração zelosa e resoluta" com todos os políticos, independente de partidos, que se comprometam com os trabalhadores."[13]. Nenhuma palavra contra o nazismo. A central recusa a

proposta de greve geral apresentada pelos comunistas.

Os líderes da ADGB, inclusive, retiram a central da Federação Sindical Internacional (social-democrata). O apice do processo de capitulação foi a convocação feita pela direção da ADGB para que os operários participassem das atividades do primeiro de maio promovida pelo governo nazista. Mas não havia lugar para a social-democracia e nem para o movimento sindical autônomo na nova Alemanha de Hitler.

No dia 2 de maio, a polícia e os SS invadem as sedes dos sindicatos e da ADGB, confiscando os seus bens. As principais lideranças são presas e enviadas aos campos de concentração, onde muitos morreriam. No mesmo dia, é criada a Frente do Trabalho, agrupando patrões e trabalhadores. Tem-se início o duro processo de militarização do trabalho. "A liquidação do sindicatos, afirmou Jean Auger, se fez sem heroismo e sem glória, sem mesmo uma última batalha pela honra do movimento operário".[14]

O movimento sindical alemão só volta a se organizar após a II Guerra Mundial. Ainda sob a influência da vitória aliada e de um certo avanço do socialismo no mundo, reunem-se em Hanover, nos fins de 1946, sindicalistas de toda a Alemanha (inclusive da zona libertada pelos soviéticos). A declaração conjunta revela o clima reinante entre os trabalhadores alemães: "Duas guerras mundiais são as provas de que faltaram na Alemanha forças capazes de impor frente à concentração do capital, dos monopólios, cartéis, trustes e dos abusos de sua supremacia econômica".[15] Como conclusão, exigem o fim dos monopólios.

Neste contexto ressurge a proposta de cogestão operária. As próprias forças de ocupação (EUA, Inglaterra e França) viam com simpatias esta proposta, pois a cogestão poderia criar obstáculos à reconstrução de economia alemã baseada nos monopólios. Os aliados, em especial os ingleses, não queriam ter a Alemanha novamente como concorrente. Não é por acaso que seria nestas zonas que se introduziria, ainda que de maneira tímida, a cogestão.

Para o movimento sindical era um meio de aumentar a sua influência e debilitar o seu principal adversário, a grande burguesia monopolista alemã. Afinal, havia sido ela a principal base de apoio ao nazismo. Este estado de espírito contra a burguesia alemã persistiria ainda por alguns anos. Mesmo durante os primeiros anos da "guerra fria", ele poderia ser notado.

No congresso de fundação da DGB, em dezembro de 1949, é aprovado o programa da central e nele está estampado: "Os sindicatos exigem a socialização da produção industrial de base (extração de carvão, minerais e de petróleo), das indústrias chaves (produção de ferro e aço, química de base) e energia, empresas alimentícias, dos meios de transporte e dos institutos de crédito", defendem a planificação central da economia, "porque hoje a economia de mercado não é livre e nem social. Ela apenas faz acentuar as desigualdades".[16] Nunca mais o movimento sindical alemão produziria um texto com este conteúdo.

"Milagre econômico" do pós-guerra reforça ainda mais a visão reformista

O que levaria as alterações na política sindical da DGB após 1948? Segundo Gilles Martinet, os motivos para tal mutação seriam basicamente dois: a derrota eleitoral de 1949 e a aplicação do Plano Marshall. Com ajuda dos capitais norte-americanos, ocorre o chamado "milagre alemão". Entre 1948 e 1968, o PIB, mais que sextuplicou e ocorreu uma grande ofensiva ideológica do imperialismo sobre a classe operária e suas organizações.

Os sindicatos ficaram diante de um dilema: "persistir na via traçada em 1945, com o risco de amargar por um longo tempo na oposição, ou reconhecer os novos donos e tirar o máximo de vantagens da expansão econômica... Esta segunda solução é que será escolhida... Eles situarão doravante sua ação no quadro de economia de mercado... Esta visão se consolidará no programa de Bad Godesberg, em 1959".[17]

Na declaração de 1949, a DGB retoma a reivindicação da cogestão. O governo conservador, eleito após a criação da República Federal da Alemanha (RFA), havia

revogado todas as leis relativas a cogestão, promulgadas na época da ocupação. Os operários deveriam retomar a luta para conquistá-la. Em 1951, uma ameaça de greve geral força o parlamento a aprovar lei reinstaurando a cogestão. Ela era estendida apenas às empresas de mineração e siderúrgicas que empregassem mais de mil assalariados. Um ano mais tarde, uma segunda lei seria aprovada criando a "Constituição das Empresas".

As empresas com mais de mil empregados passariam, teoricamente, a ter dois órgãos de direção: o Conselho de Fiscalização e o Colégio de Diretores. A representação seria "paritária" apenas no primeiro órgão. No caso de um conselho de 11 membros (sempre em número impar), cinco deveriam ser eleitos pelos trabalhadores e cinco indicados pela empresa. O 11º elemento era cooptado pelo conselho e deveria ser neutro em relação as partes envolvidas.

Mas, como afirma Jean Auger, na maioria das vezes o conselheiro neutro se submetia aos interesses do patronato. Nas empresas que possuíssem entre 500 e 1000 assalariados, os trabalhadores detinham no máximo 1/2 das cadeiras no Conselho de Fiscalização.[18] Este órgão, de fato, não tinha poder de decisão sobre a empresa. Sobre ele pairava o Colégio de Diretores, composto por três diretores: o da produção, o diretor comercial e um representante dos trabalhadores (diretor de pessoal). E sobre este colégio pairava o poder soberano dos patrões.

A estranha paridade dos órgãos de cogestão nas empresas da Alemanha

Em 1976, com a volta da social-democracia ao poder, é aprovado uma nova lei relativa a cogestão. Ela estabelece que apenas nas empresas com mais de 2 mil trabalhadores estes teriam direito a cogestão paritária. O Conselho de Fiscalização passava a ser composto por um número par de membros, metade representando os trabalhadores e a outra metade, os empresários.

Do lado dos assalariados, passava a ser obrigatório que pelo menos um representante pertencesse aos quadros técnicos, não operários (os White Collors), que deveria ser eleito por um colégio eleitoral próprio. A presidência do Conselho deveria caber sempre ao representante do patronato, que em caso de empate nas votações dispunha do voto de minerva. Esta era a estranha paridade da social-democracia. Nas empresas com menos de dois mil assalariados, a sua representação ficava estipulada em 1/3.

Já no Colégio de Diretores, a partir de então, o representante dos trabalhadores não precisava ser eleito pela maioria dos trabalhadores do Conselho de Fiscalização e nem necessitava do aval do sindicato, como estipulavam as leis de 1951 e 1952.[19] Neste sistema, o diretor do Trabalho (ou de pessoal) possue um papel ambíguo.

Juridicamente ele partilha das responsabilidades da empresa, exercendo de fato funções patronais, que muitas vezes o colocam em contradição com parcelas dos trabalhadores. Além do mais, ele recebe o salário de um alto executivo. Em 1978, um diretor na Volkswagen ganhava 48 mil marcos. Ele automaticamente passa a ocupar um lugar privilegiado na hierarquia social dentro e fora da fábrica.[20] Isto acarreta, com justa razão, inúmeras desconfianças da base e a eclosão de vários conflitos.

Pode-se afirmar com toda a certeza, apesar das argumentações contrárias dos líderes social-democratas, que a cogestão não terminou com a preponderância do capital nas fábricas e na economia alemã. A grosso modo, pode-se dizer que a monarquia absoluta dos patrões foi substituída por uma monarquia parlamentar, mas ainda não se chegou à república democrática burguesa e se está infinitamente longe da democracia operária.

Como afirmou um ex-dirigente da DGB, Ludwig Rosemberg, "de fato a cogestão não é e nunca foi um instrumento da socialização... As táticas de cogestão dizem respeito a humanização da empresa, a partilha de responsabilidade e a criação de uma sociedade mais democrática".[21] Humanizar e não abolir o capital - eis a verdadeira função da cogestão para os líderes sindicais alemães.

Sem dúvida, a legislação sobre a cogestão, embora limitada, oferece para os trabalhadores uma maior possibilidade de intervenção política, abre um terreno mais

favorável para o desenvolvimento da luta de classes. Mas para isto seria preciso que os sindicatos alemães se propusessem a este objetivo, o que nunca aconteceu. A co-gestão alemã, pelo contrário, serviu sempre como um instrumento privilegiado de integração do movimento operário ao sistema capitalista. É um instrumento de paz social, de colaboração de classes.

A estrutura do movimento sindical alemão e a forte pulverização nas bases

A DGB é a maior e mais poderosa central sindical da Europa. Ela abarca 82% dos sindicalizados alemães e possuia, no início da década de 80, cerca de 7,5 milhões de aderentes. Ela é constituida por 16 grandes organizações verticais (federações), entre as quais a mais poderosa é a IG Metall com os seus 2.700.000 membros, representando 1/3 de todo o efetivo da central [22]. Ao contrário do sindicalismo britânico, cada federação agrupa os assalariados de um mesmo ramo industrial e possui uma relativa autonomia em relação a DGB. São as federações e não a central que negociam salários e condições de trabalho.

A DGB também não é a única representante dos trabalhadores alemães. Ela é apenas a entidade hegemônica, amplamente hegemônica. Em 1945, os empregados não operários fundaram a sua federação, a DAG, e não se filiaram a DGB. O principal motivo foi que a DGB só se propunha a organizar os trabalhadores por ramo de produção. Na década de 70, esta federação possuia 750 mil sindicalizados. Atualmente a DGB ganhou maior espaço junto aos trabalhadores não manuais. Há ainda a Federação dos Funcionários Públicos, que, em 72, possuia 47% dos sindicalizados do setor, enquanto a DGB ficava com 43%. Por fim, existe também o Sindicato da Polícia, com os seus 130 mil associados. [23]

A multiplicação de representações dentro das fábricas, com os integrantes do Comitê de Fiscalização, do Colégio de Diretores, os Comitês de Empresas e as Comissões Econômicas (um emaranhado de organizações mais burocráticas que políticas), pulverizou e ajudou a enfraquecer a ação sindical. O sindicato inclusive perdeu o papel privilegiado de negociador.

Nos anos 60, as grandes federações, em especial a IG Metall, começaram a se preocupar com isso e passaram a reforcar a sua própria estrutura nas empresas, através dos delegados sindicais. Entre 1964 e 1973, o número de delegados da IG Metall subiu de 80 mil para 120 mil. Eles jogariam um papel nada negligenciável na radicalização do movimento sindical no final da década de 70. [24]

O império empresarial da DGB e os constantes escândalos de corrupção

A central sindical alemã é também uma das mais ricas do mundo. Ela é dona de inúmeros empreendimentos empresariais. Em função disto, em 74 a DGB foi obrigada a formar uma companhia Holding, a BGAG, como única maneira de controlar parte de suas empresas. A BGAG empregaria então mais de 40 mil pessoas e os lucros realizados seriam superiores a 2,2 bilhões de dólares. O seu ativo ultrapassava a 25 bilhões de dólares. [25]

O principal "negócio" da DGB é a BFG, que em 1982 chegou a ser o nono maior banco da Alemanha, dispondo de centenas de filiais. Era chamado de Banco dos Sindicatos, mas realizava mais de 80% dos seus negócios com os grandes capitalistas alemães. A DGB ainda possuia a segunda maior companhia de seguros do país e a maior empresa de comércio varejista, a CO-OP-AG. Além disso, era proprietária de firmas de turismo e de uma grande editora em Colônia. Segundo Jean Auger, todas estes negócios são geridos dentros dos bons e velhos métodos capitalistas, estando longe de aplicar a cogestão paritária defendida pela DGB.

Mas, como todo grande grupo econômico, estas empresas não estavam imunes a corrupção e escândalos. No início dos anos 80, a direção do New Heimat, a maior companhia de construção no seu ramo da Europa, pertecente a DGB, viu-se envolvida num grande escândalo, o que levou a

queda de sua diretoria e de vários dirigentes da central. Estes foram demitidos por "terem confundido os seus negócios particulares com os assuntos de empresa". A venda da empresa e posterior reaquisição deu margem a novos escândalos entre 1986 e 1987 [26]. O próprio presidente da BGAG chegou a ser preso antes de ser demitido do cargo.

Como foi possível construir tal império? Segundo João Bernardo, "as cotizações sindicais proporcionaram grandes massas monetárias que se não fossem inteiramente dispendida nos fundos da greve ou em qualquer forma de apoio as outras lutas, corriam o risco de se desvalorizar. Para evitar que isto ocorressem, deviam ser aplicados, daí a possibilidade dos sindicatos constituirem bancos próprios, adquirirem terrenos urbanos ou empreenderem grandes construções".

Mas, afirma o autor, "o que não é evidente é que a única aplicação que se ofereça a estas massas monetárias seja os investimentos capitalistas. Quando uma greve não é possível, o são outras formas de ação, que preparam o terreno para a unificação dos trabalhadores. Numa perspectiva anti-capitalista, a única aplicação possível, que impediria a desvalorização dos fundos de greve não mobilizados, seria precisamente a sua utilização para sustentar greves, em preparar outras formas de luta, em qualquer região ou por quaisquer categorias profissionais. Uma vez recusada esta aplicação revolucionária (dos recursos), restam apenas as oportunidades dos investimentos capitalistas".[27]

Programa de Bad Godesberg: decisiva guinada de direita da social-democracia alemã

Como já se apontou, a degeneração do sindicalismo alemão tem bases históricas. O crescimento da economia, com o "milagre alemão" do pós-guerra, possibilitou que a grande burguesia dispusesse de uma razoável margem de manobra, oferecendo reajustes salariais acima da inflação (embora bem abaixo do aumento da lucratividade) e alguns benefícios sociais. Esta situação, somada ao processo de co-responsabilidade gerencial, garantiu a "paz social" por cerca de 20 anos.

A rígida legislação país também tratou de impor condições cada vez mais difíceis para a decretação de greves. Elas só poderiam ocorrer no momento de renovação dos contratos coletivos. Fora deste período, as greves eram consideradas ilegais (greves selvagens) e seus líderes estavam sujeitos a pesadas sanções. Mesmo quando não ocorresse acordo com o patronato, ainda seria necessário que 75% dos trabalhadores, através de escrutínio secreto, se posicionem favorável a deflagração de um movimento grevista.

Esta "paz social", entretanto, sempre foi instável. Em 56, por exemplo, ela foi abalada com a greve dos metalúrgicos de Schleswig-Holsteim, que durou mais de cem dias. Na ocasião, os dirigentes sindicais fizeram de tudo para que o conflito não se estendesse para outras regiões e categorias. Em toda esta trajetória, a social-democracia procurou amenizar os conflitos de classe.

Neste rumo, o ano de 1959 é muito importante no processo de direitização da social-democracia alemã. No congresso de Bad Godesberg, o PSDA muda o seu programa, adequando-o a tática que já vinha sendo adotada há alguns anos. O partido abandona as pretenções de socialização e nacionalização da economia e renega definitivamente o marxismo. Ele aceita a economia de mercado e defende a institucionalização da colaboração de classe.

O programa de Bad Godesberg afirma: "A livre concorrência e a livre iniciativa das empresas são elementos importantes da política econômica da social-democracia. Por isso, o PSDA aprova o livre mercado, onde impera sempre a concorrência". O programa é concluído com a nova consigna social-democrata: "Concorrência tanto quanto possível, planificação tanto quanto necessário".[28] Os patrões deixavam de ser adversários de classe (nem digo inimigos) para ser tornarem "parceiros sociais".

Em 1966, a social-democracia entra no governo reacionário liderado pelo CDU, como força minoritária. Três anos depois, em aliança com os liberais, já era a força política dominante no Estado Alemão. Willy Brandt torna-se primeiro-ministro. Parecia que a consciliação de classes ia de vento em polpa. A grande palavra-de-or-

dem do novo governo e do patronato era: "Os lucros de hoje são os investimentos de amanhã e os empregos de depois de amanhã".[29] Essa era a fórmula mágica para que a Alemanha pudesse sair da crise que começava a mergulhar no início da década de 70.

Agravamento da crise do capitalismo resulta em revolta na base operária

Os operários, pouco a pouco, começaram a perceber que a história não era bem assim. O capitalismo se desenvolveu e o bolo não foi, e nem podia ser, igualmente dividido. E quando se instalou a crise, na década de 70, foram os operários os primeiros a pagar por ela. Em 1973 já existiam mais de um milhão de desempregados na Alemanha. Em 74, esta cifra subiu para 5,8 milhões.

O pacto começava a ruir. Diante do arrocho salarial e do desemprego, a classe operária se radicaliza. Neste período estouram várias greves selvagens, sem o apoio da direção dos sindicatos oficiais. O crescimento do descontentamento nas bases leva a direção da DGB a fazer uma flexão de sua política e se mostrar mais independente em relação aos patrões e o governo social-democrata.

"A lua de mel está terminada", declarou, em 76, Oscar Vetter, presidente da DGB. "Se a economia social de mercado (sic) não é capaz de fazer voltar imediatamente o pleno emprego, devemos nos perguntar se ela é ainda defensável como sistema econômico para o futuro".[30] O que ele fazia era expressar o que o operário médio alemão já vinha sentindo há alguns anos.

As lutas vão ganhando corpo, até que explodem no ano de 1978. Em janeiro, os portuários entram em greve - a primeira depois de um século. Os operários das editoras entram em greve em março, paralisando mais de 327 jornais. A paralisação dura três semanas e abala profundamente o poderoso império editorial alemão.

Ainda em março, os operários metalúrgicos da parte norte do Land de Bade-Wüstemberg paralisam suas atividades. São mais de 80 mil grevistas. O patronato responde com um lock-out geral, deixando sem trabalho 145 mil pessoas. O conflito dura muitas semanas e o sindicato vê-se obrigado a desembolsar mais de 200 milhões de marcos para pagamento dos dias parados dos grevistas e dos afastados. Seria um duro golpe nas finanças da IG Metall. Após três semanas, a greve chega ao fim com uma vitória parcial dos metalúrgicos.

Nos fins de 1978, os trabalhadores das empresas siderúrgicas do Ruhr entram em greve. Além do reajuste de salários, reivindicam a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais. O conflito dura 45 dias e a comissão de negociação da IG Metall aprova um acordo em que não constava a redução da jornada de trabalho. Isto acarreta enorme descontentanto na base.

A DGB joga todo o seu peso para impedir que a represa estoure e inunde definitivamente os seus projetos de conciliação. E mesmo com 87% dos votos favoráveis à greve dos metalúrgicos do Land da Renânia-Westphalia, a IG Metall pede "paciência" e "comedimento", pronunciando-se contra a deflagração do movimento. O grande argumento para a desmobilização dos operários foi o do perigo de um novo lock-out patronal que, no caso, atingiria mais de 1 milhão de trabalhadores). Isto, segundo a direção sindical, inviabilizaria a sustentação financeira da federação.[31] Eis onde chega a lógica do sindicalismo empresarial alemão! Em 1979, a Alemanha seria sacudida por uma nova greve metalúrgica, que duraria 44 dias.

Novas greves abalam o edifício do sindicalismo de negócios na Alemanha

Os anos 80 seriam difíceis para o movimento sindical mais combativo na Alemanha. Em 1982, rompe-se a unidade entre os sociais-democratas e liberais, o que permite uma vitória de direita clássica. Helmuth Kohl é indicado primeiro-ministro. A direita repete a vitória em 1987. O avanço do capitalismo alemão, somado à crise do Leste Europeu e da URSS, coloca o movi-

mento operário na defensiva. Ainda assim, eclodem greves esporádicas, como a dos metalúrgicos em 1984, que praticamente parou a indústria automobilística.[32]

O trem de aço da economia alemã, que atravessou tão bem a década de 80, perderia um pouco de sua velocidade e começaria apresentar sérios desarranjos no início da década de 90. A inflação chegou a 4,7% em 1991 — índice alto para um país de primeiro mundo. A produtividade cresceu pouco mais de 1% neste mesmo período. O número de desempregados no Oeste alemão chegou a 1.767 milhões, no início de 1992. No Leste alemão o número de desempregados, no mesmo período, foi de 1,22 milhões — ou seja, mais de 17% da população ativa. Neste índice não entram os mais de 870 mil pessoas semi-empregadas.

Em meio a crise, reacende o espírito de luta dos trabalhadores alemães. No início de 92, os metalúrgicos se mobilizam reivindicando um aumento de 9,5% nos salários. Os patrões oferecem 4% e depois sobem sua oferta para 5,7%, afirmando que esta seria a última proposta. Os operários recusam e, num plebicisto, 86,8% se posicionam pela deflagração da greve. Os patrões voltam atrás e oferecem 6,35%. Esta é aceita e a greve é cancelada. A moral dos operários e do movimento sindical se fortalece. O ano de 92 só estava começando.

Em abril, os funcionários públicos, as principais vítimas da política conservadora de Helmuth Kohl, iniciam a mobilização pelo reajuste de 9,5% nos salários. O governo apresenta a proposta de 4,7%. Os trabalhadores não aceitam e entram em greve. O Tribunal de Arbitragem sugere um reajustte de 5,4%, mas o governo Kohl recusa. A greve prossegue. Mais de 440 mil funcionários públicos aderem ao movimento. A greve atinge transportes (até o aeroporto de Frankfurt paralisou suas atividades), correios, serviços de saúde, coleta de lixo.

O clima de protesto atinge outras categorias. Durante o período mais de 130 mil metalúrgicos paralisaram as suas atividades. Muitos operários inclusive engrossaram os piquetes dos funcionários públicos. A própria IG Metall chegou a ameaçar o governo com uma greve geral do setor. Os gráficos iniciaram um processo de redução da produção. A forte pressão coloca em cheque o governo de Helmuth Kohl. A própria coligação que o manteve no poder por cerca de 10 anos parecia caminhar para dissolução. O movimento faz o governo recuar e apresentar uma nova proposta, de 5,4% de reajuste — a mesma recusada alguns dias antes.

No dia 07 de maio, a direção da OETV (Sindicato Nacional dos Empregados, ligados a DGB) aceita a proposta governamental e põe fim a greve que já durava 11 dias. As bases não aceitam o acordo. No plebiscito realizado após o fim do movimento constatou-se que apenas 44,1% aceitavam a proposta do governo. Mas mesmo assim a greve não foi retomada. A presidente a OETV afirma, espantada com a decisão dos trabalhadores: "O resultado deprime a todos e me afeta particularmente. Simplesmente não esperávamos este clima".[33] As greves pipocariam, entre as diversas categorias, por todo primeiro semestre de 1992.

"A Europa acordou ontem perguntando o que está acontecendo com os alemães. Nem eles sabem. Símbolos nacionais de confiabilidade, estabilidade, qualidade e eficiência deixaram de existir. Uma implacável greve nos serviços públicos transformou a cara do país".[34] Assim se pronunciaria um jornalista europeu, atordoado diante dos rápidos acontecimentos na Alemanha.

Os episódios de 78 e 92 demonstram que, apesar do projeto de conciliação implementado pelas direções sindicais alemãs, na tentativa vã de incorporar definitivamente os trabalhadores ao sistema capitalista, a luta de classes permanece latente e por vezes explode com toda a sua força abalando o sólido edifício do sindicalismo de negócios da social-democracia.

NOTAS

[1] LEFRANG, G., O Sindicalismo no mundo - p. 18
[2] Idem p. 19
[3] Idem p. 17
[4] Idem p. 18
[5] Idem p. 36
[6] Idem
[7] LÊNIN, V.I.
[8] MARTINET, G., Sept Syndicalisme,p. 43
[9] LEFRANC, G., O Sindicalismo no mundo - p. 41
[10] MARTINET, G., Sept Syndicalisme, p. 43
[11] Idem - p. 51
[12] Idem - p. 52
[13] Idem - p. 56
[14] AUGER, J., Sindicalisme de Autres Syndicats - p. 103
[15] MARTINET, G., Sept Syndicalisme, p. 59
[16] Idem - p. 60
[17] Idem - p. 61
[18] AUGER, J., Syndicalisme de Autres Syndicats - p. 106
[19] Idem - p. 208
[20] MARTINET, G., Sept Syndicalisme- p. 65
[21] AUGER, L., Syndicalisme de Autres Syndicats - p. 108
[22] Idem - p. 116
[23] Idem - p. 114
[24] Idem - p. 111
[25] BERNARDO, J., Capital, Sindicatos e Gestões - p. 18/19
[26] Idem - p. 19e 59
[27] Idem - p. 40/41
[28] MAYER, T., Socialismo Democrático: Uma Introdução - p. 114
[29] MARTINET. G., Sept Syndicalisme - p. 70
[30] Idem - p. 67
[31] Idem - p. 67
[32] TEIXEIRA, N.G., O Futuro do Sindicalismo no Brasil - p. 96
[33] GAZETA MERCANTIL - 15/5/92
[34] DCI - 30/4/92

* Historiador. Dirigente da CUT Regional Interior I - Campinas, São Paulo

Cartismo: 150 anos de um movimento operário de marca revolucionária

José Carlos Ruy *

Há 150 anos, na Inglaterra, assumia características claramente classistas aquele que, segundo Lênin, foi "o primeiro movimento proletário e revolucionário amplo, verdadeiramente de massas e politicamente formado": o cartismo. Sua história relembra a trajetória combativa do operariado inglês e as constantes traições da burguesia.

O movimento cartista tem suas raízes nas lutas sociais do século XVII, na revolução burguesa da Inglaterra, em 1640/1688. A revolução francesa do final do século XVIII reavivou esta tradição revolucionária e, entre 1780 e 1790, surgiu um partido *democrático* inglês, baseado na aliança da burguesia com o proletariado. Sua bandeira era a extensão dos direitos políticos a todos os cidadãos.

Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento cresceu, particularmente depois de 1830, quando os franceses trocaram Carlos X por um rei constitucional. Forçou o governo da oligarquia latifundiária inglesa a ceder, em 1832, e adotar a Lei da Reforma, estendendo apenas à burguesia o direito de votar e ser votada e mantendo os operários na mesma velha situação de minoridade civil.

Esse episódio assinalou o fim da primeira etapa dessa luta democrática, e deixou uma lição amarga: a traição da burguesia, depois que seus direitos foram reconhecidos.

Essa traição foi o sinal para os primeiros passos da organização independente do movimento operário inglês. Uma forte tendência sindicalista e antiparlamentar se formou e os sindicatos multiplicaram-se pela Inglaterra. O objetivo do movimento já era o socialismo e exigia o controle dos meios de produção pelos trabalhadores. Seus meios de luta foram a greve geral e a cria-

ção de cooperativas de produção, refletindo a influência das idéias de Robert Owen. Pensavam ser possível superar o capitalismo pela generalização das cooperativas, nas quais os trabalhadores teriam o controle dos meios de produção, escapando à necessidade de trabalhar para a indústria capitalista.

A liderança owenista foi marcada pelo economicismo, e não foi capaz de formular um programa político para a luta dos trabalhadores. Com a ofensiva patronal e policial, essa deficiência ajudou a derrotar o movimento em 1834/1836. De qualquer forma, esses poucos anos deixaram claro que a ênfase na luta econômica era um beco sem saída, e que a luta operária devia, necessariamente, ter um caráter político e classista.

Através da "Carta do Povo", trabalhadores reivindicam um novo sistema eleitoral

A nova orientação — o cartismo — passou a predominar no movimento operário inglês desde fins de 1836, na forma de um movimento pela conquista do sufrágio universal, considerado essencial para se chegar ao socialismo, diz o historiador Max Beer. Seus passos iniciais datam da criação da London Working Men's Association (Associação dos Trabalhadores de Londres) que, nos meses seguintes, elaborou a ***Carta do Povo*** (People's Charte), publicada pela primeira vez em 5 de maio de 1838.

Ela exigia reformas no sistema eleitoral. Queria: sufrágio universal; voto por cédula eleitoral; igualdade dos distritos eleitorais; pagamento aos membros do parlamento; eleições anuais para o parlamento; e abolição da condição de proprietário para os candidatos.

A base principal do movimento eram os tecelões que, segundo o historiador E. P. Thompson, "foram a *força física* permanente dos cartistas, entre 1830 e 1840". O segundo grupo principal era formado pelos trabalhadores não especializados, seguidos pelos sapateiros.

O jornal *The Northern Star* (A Estrela do Norte) dirigido por Feargus O'Connor, que circulou de 1838 a 1852, foi, nos primeiros tempos, o porta voz do movimento. A ideologia que o animava era, ainda, ingênua. O'Connor queria a restauração "das velhas tradições inglesas, dos antigos dias santos, da antiga justiça, e que cada homem viva do suor de seu rosto..., quando o tecelão trabalhava em seu próprio tear e podia se espreguiçar em seu próprio campo, quando as leis reconheciam o direito do pobre à abundância de tudo". Isto é, queria que a roda da história andasse para trás, travando o desenvolvimento da economia capitalista, uma nostalgia dos tempos antigos reveladora apenas da dependência ideológica ante as idéias pequeno-burguesas, e da falta de maturidade do pensamento operário, que ainda não compreendia que os trabalhadores devem lutar para socializar os benefícios do progresso, e não para detê-lo.

Leis da burguesia criam obstáculos à organização autônoma dos operários

A organização do movimento cartista não foi fácil. A lei inglesa proibia que entidades nacionais tivessem seções regionais. Por isso, o cartismo pulverizou-se em inúmeras associações locais, com fraca ligação orgânica entre si. Duas tendências se destacaram, a da *força moral* e a da *força física*. A ênfase da primeira era a disputa política e a busca de influência na sociedade inglesa, enquanto a segunda pregava o uso de métodos insurrecionais e revolucionários.

As dificuldades legais e as debilidades ideológicas e organizativas levaram ao florescimento de chefes regionais e diferenças locais, caracterizando a ação nacional do cartismo principalmente pela elaboração de enormes abaixo-assinados a serem apresentados ao governo. Dois deles, pelo menos, tiveram mais de 3,5 milhões de assinaturas — um em 1839/1842, e outro em 1848. Este último, segundo os cartistas, teria mais de seis milhões de assinaturas

mas, segundo a burguesia, não chegaria a 3 milhões. De qualquer forma, foi um esforço gigantesco, considerando-se o tamanho da população inglesa da época — cerca de 20 milhões de pessoas — e as dificuldades de comunicação e articulação entre os grupos.

Mesmo limitado ao campo democrático burguês, o cartismo enfrentou intensa repressão policial. Espiões e agentes provocadores foram infiltrados no movimento, e vários processos por *alta traição* foram iniciados pelo governo, levando para a prisão a maioria dos principais líderes.

Vencendo esses obstáculos, a agitação cartista cresceu. Chegou a ter 50 mil filiados. Tomou impulso em 1839, e cresceu em 1840, com as revoltas chamadas *policiais (spy-outbreaks)* em Sheffield e Bradford, no Yorkshire. Chegou ao máximo no verão de 1842, com uma greve generalizada nas regiões industriais.

Empresários tentam usar o movimento cartista para aumentar seus privilégios

Esse ano foi marcado por uma crise econômica profunda, que jogou milhares de trabalhadores na miséria, e também criou grandes dificuldades para a burguesia industrial. O Partido Conservador estava no governo desde 1841, e os industriais iniciaram uma campanha pelo fim da lei sobre os cereais, que protegia com barreiras alfandegárias a produção agrícola dos latifundiários locais, mais cara do que a produção estrangeira. Para lutar contra esse privilégio, os industriais de Manchester criaram a Liga Contra a Lei Sobre os Cereais.

O ambiente oposicionista assim formado recriou as condições para o reatamento da aliança da burguesia liberal com os trabalhadores e, em fevereiro de 1842, foi aprovado, em Manchester, um documento pelo fim da lei dos cereais e pela entrada em vigor da **Carta do Povo**. A burguesia, escreveu Engels, estava decidida a aproveitar a crise e levar os operários a queimar os dedos em seu benefício.

Em agosto de 1842, a revolta espalhou-se por todo o distrito industrial. Mas as coisas não sairam como a burguesia esperava. Os operários deixaram de lado a questão da lei dos cereais, e exigiam um "salário justo para um dia de trabalho justo".

Na verdade, eles haviam sido empurrados para essa revolta, sem objetivos precisos. "Uns queriam impor a Carta do Povo", diz Engels, "enquanto outros, julgando prematuro este empreendimento, procuravam simplesmente assegurar as tabelas de salários de 1840. Foi isto que causou o revés de toda a insurreição".

A burguesia mais uma vez traiu os operários, e não cumpriu o acordo de fevereiro de 1842. Quando percebeu que sua armadilha falhou, ela voltou-se para o lado do governo, contra os trabalhadores "que ela própria tinha incitado à rebelião, e em seguida empurrado para a revolta", diz Engels. "A burguesia mandou atirar sobre o povo em Preston, e é assim que esta revolta popular, sem objetivos, *chocou*, de repente, não só com as forças militares governamentais mas também com toda a classe possuidora".

Traição das elites faz a luta operária se libertar da influência burguesa

A lição deixada pela traição burguesa fez o movimento operário avançar e, a partir de 1842-1843, "o cartismo tornou-se uma causa puramente operária, liberta de todos os elementos burgueses", diz Engels.

Nos anos seguintes, os principais líderes de sua ala esquerda, George Julien Harney e Ernest Jones, aprofundaram os contatos com o movimento operário do continente e com revolucionários dos outros países europeus. Aproximaram-se da Liga dos Justos, participaram da fundação, com Marx e Engels, da Fraternals Democrats (Democratas Fraternos), em 1845, um primeiro ensaio de organização operária internacional. Estiveram presentes no II Congresso da Liga dos Comunistas, em 1847. Participaram, em 1850, da criação da Sociedade Mundial dos Comunistas Revolucionários,

com Marx, Engels e alguns emigrados blanquistas.

A influência de Marx estava presente através de Harney, que repetia "que o cartismo só pode transformar-se num movimento de massas se adotar um programa simultaneamente socialista e democrático", diz o historiador Jacques Droz.

Um feito notável dessa época foi a manifestação de 10 de abril de 1848, em Londres. Mais uma vez o sinal para o movimento na Inglaterra veio dos franceses: a revolução de fevereiro de 1848 em Paris, que proclamou a República e adotou o sufrágio universal.

Era a oportunidade, pensaram os líderes cartistas, de impor a Carta do Povo ao conservador parlamento britânico. Convocaram uma mani- festação gigante — esperavam 500 mil pessoas — para entregar ao governo sua petição de seis milhões de assinaturas. "As classes governantes foram tomadas de pânico", diz o historiador Edward M. Burns. O Duque de Wellington foi convocado para reprimir a manifestação, e sua tropa foi reforçada por 170 000 policiais. Mas no dia marcado houve um temporal em Londres, e somente dez por cento do público esperado apareceu.

Essa manifestação foi "inoportuna e mal preparada", escreveu Marx mais tarde. Fracassou não por causa da chuva, mas pela indecisão e vacilações dos organizadores, convertendo-se, disse, "em uma derrota completa e decisiva do movimento".

Apesar de muita gente ver, nesse episódio, o fim do cartismo, o dia 10 de abril de 1848 fortaleceu a independência e autonomia do movimento, e radicalizou seu caráter classista e socialista. As manifestações não pararam. Em junho de 1848, houve uma tão grande que novamente provocou pânico e precauções entre os proprietários, diz Droz. Protestos, manifestações, iniciativas operárias, foram frequentes em toda a primavera de 1848 nos distritos industriais do Norte. "No período 1849/1858, o cartismo declinou, mas não morreu", diz o historiador.

Contudo, depois de 1848, a maior parte dos antigos chefes moderados abandonou o movimento, e a ala esquerda assumiu sua direção. Os chefes de mais destaque foram presos ou desmoralizados. O único que escapou foi Harney, que criou, em junho de 1850, o jornal *Red Republican* (Republicano Vermelho), cujo primeiro número dizia que o cartismo evoluiu da idéia de uma simples *reforma política* para a defesa da *revolução social*. Foi nesse jornal que apareceu a primeira tradução inglesa do *Manifesto Comunista*, em 1850, onde se revelou pela primeira vez a autoria daquela obra, até então publicada sem indicação de autor. Sinal da mudança apontada por Harney, o verde da bandeira do movimento foi substituida pelo vermelho a partir de 1850.

Ernest Jones, líder do cartismo

Para Ernest Jones (que saiu da prisão em 1850 e reassumiu seu lugar na liderança cartista) a luta operária tinha outra dimensão, além da política. Era a luta por "pão, bife e cerveja" (*bread, beef and beer*), pela conquista de direitos sociais. Ele e Harney trabalharam para juntar os militantes dispersos, reorganizar a Associação Nacional da Carta, em declínio desde 1848, e fomentar uma imprensa popular de tipo revolucionário.

Em 1852, porém, Harney abandonou o movimento. Jones, que era o principal dirigente cartista desde 1850, manteve relações regulares com Marx e Engels — que tinham grandes esperanças em sua atuação — até 1856. Numa carta de 1852, Engels analisou com realismo o refluxo: "os cartistas estão de tal maneira desorganizados e dispersos, e ao mesmo tempo com tão poucas personalidades válidas, que o movimento está condenado ou a cair aos pedaços e a degenerar em grupelhos ou, então,

a reconstituir-se sobre uma base inteiramente nova, graças a quem conheça a sua orgânica: Jones é o homem para isso".

Nesse sentido, em 1852, Marx colaborou com Jones na fundação do *The People's Paper* (Jornal do Povo), que circulou até 1858, cuja orientação classista era clara: "Uma fusão de classes é impossível onde uma fusão de interesses também é impossível... Classe contra classe: qualquer outro modo de ação é sonho".

O economicismo e outros desvios levam o cartismo a perder sua força real

Para Marx e Engels, a Associação Nacional da Carta era o embrião de um partido operário moderno. Quando Jones convocou o primeiro Parlamento Operário da Inglaterra, em março de 1854, essa esperança começou ruir. Os militantes trade-unionistas e o economicismo pequeno burguês e seu cooperativismo, dominaram o evento. Jones e a liderança cartista abriram mão das reivindicações políticas, fizeram tantas concessões ideológicas, que o programa ali formulado não pôde servir para a criação de um partido proletário.

Mesmo assim, o cartismo continuava mobilizando os trabalhadores. Nos dias 24 de junho e 1º de julho de 1855, promoveu duas grandes manifestações, em Londres, com milhares de pessoas. Mas o movimento já tendia ao declínio. Jones aderiu a campanhas políticas efêmeras, aliou-se novamente aos burgueses radicais, e afastou-se de Marx e Engels. No começo de 1858 a Associação Cartista Nacional foi desfeita e, poucos meses depois, o *The People's Paper* caiu nas mãos de negociantes burgueses.

Marx rompeu então com Jones. Só reatou em 1860, quando ele voltou às posições revolucionárias. Mas, nessa altura, o movimento cartista já tinha deixado de existir, e outra fase — o trade-unionismo — começava a prevalecer no movimento dos trabalhadores ingleses.

Em seu desenvolvimento e ocaso, o cartismo deixou uma lição importante. Inicialmente, ela foi trágica; depois, melancólica. Na primeira metade do século XIX, a traição da burguesia (primeiro em 1832, depois em 1848) mostrou aos operários a inutilidade de uma política da aliança com a burguesia. Mais tarde, no final dos anos 50, a colaboração com a burguesia afastou os operários dos *objetivos finais* de seu movimento, a luta pelo fim do capitalismo e pela conquista do comunismo.

Era o programa da *aristocracia operária*, que imprimia ao movimento dos trabalhadores uma orientação burguesa, não classista, ***de resultados***, como seus herdeiros pregam nos dias de hoje. A luta política do cartismo deu lugar ao economicismo das trade-unions. "O proletariado inglês aburguesa-se cada vez mais, de modo que esta nação, a mais burguesa de todas, parece querer chegar a ter ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado aburguesado. Para uma nação que explora o mundo inteiro, isto se justifica até certo ponto", escreveu Engels em 8 de outubro de 1858.

A luta dos trabalhadores ficou reduzida — como Marx escreveu em fevereiro de 1878 — a um "simples apêndice do *grande partido liberal*, isto é, do partido de seus próprios opressores capitalistas. Sua direção passou inteiramente às mãos dos chefes venais das trade-unions e dos agitadores profissionais".

BIBLIOGRAFIA

BEER, MAX, ***História do Socialismo e das Lutas Sociais***, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, sd.

BURNS, EDWARD MCNALL, ***História da Civilização Ocidental***, vol. 2, Editora Globo, RJ, 1986

DROZ, JACQUES (dir.), ***História Geral do Socialismo***, vol 3: **Socialismo e movimentos revolucionários das revoluções** de 1848 até à agonia da I Internacional, Livros Horizonte, Lisboa, 1977

ENGELS, FRIEDRICH, ***A situação da classe trabalhadora em Inglaterra***, Edições Afrontamento, Porto, 1975

HOBSBAWN, ERIC, ***Las revoluciones burguesas (The Age of Revolution, Europe, 1789/1848)***, Ed. Guadarrama/Punto Omega, Barcelona, 1982

HOBSBAWN, ERIC, ***Mundos do Trabalho - Novos Estudos sobre História Operária***, Paz e Terra, RJ, 1987

LOSOVSKY, D., ***Marx e os sindicatos***, Editora Anita Garibaldi, SP, 1989

MARX, KARL, ***Revolucion y contrarrevolucion en Alemania***, in MARX E ENGELS, ***Obras Escogidas***, T. 1, Editorial Progreso, Moscou, 1973

THOMPSON, E. P., ***A formação da classe operária inglesa***, vol 2. Editora Paz e Terra, RJ, 1987

* Jornalista Trabalhou nos jornais **Movimento** e **Retrato do Brasil**

REALIZE A VIAGEM DOS SEUS SONHOS. CONHEÇA CUBA!

A promoção é simples! Quem vender o maior número de assinaturas da revista *Debate Sindical* ganhará uma viagem de sete dias a Cuba, com direito a passagem aérea e estadia em hotel na belíssima praia de Varadero. O prazo da campanha é de três meses, encerrando-se em 30 de setembro.
Para participar desta promoção, basta preencher os dados abaixo em letra de forma e enviar imediamente para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Você receberá maiores informações sobre a viagem a Cuba, além dos talões de assinatura e dos materiais de propaganda da revista *Debate Sindical* . Não perca tempo! Já foi dada a largada para você realizar seu antigo sonho!

Nome: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: ..... Sindicato a que pertence: .....

Remeta o cupom preenchido para: Centro de Estudos Sindicais. Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP: 01508-020, Fone/Fax: (011) 270-7702.

Assine a revista DEBATE SINDICAL

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical* . Receba em casa ou na sede do seu sindicato a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.
A assinatura dá direito a quatro edições da Debate Sindical .

PREÇO DA ASSINATURA

* Em julho: Cr$ 700.000,00 * Em agosto: Cr$ 900.000,00 * Em setembro: Cr$ 1.200.000,00

Nome: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

Cidade: ..... Estado: ..... Telefone: .....

CEP: ..... Data da assinatura: ..... / ..... / .....

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom junto com cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais . Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01508-020. Fax: (011) 270-7702

FILIE-SE AO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos. Ele é sustentado através das mensalidades das entidades sindicais filiadas, da taxa de inscrição dos cursos de formação e da venda de seus materiais impressos. Ele também conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

1 — Edição da revista *Debate Sindical* — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências;

2 — Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho, concepções e práticas sindicais, etc ;

3 — Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc;

4 — Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.